



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

ALINE GIULIANE DA SILVA PEREIRA

OS MÚLTIPLOS AMBIENTES DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO: da qualidade
de vida à possibilidade de percepção do adicional de insalubridade

BELÉM
2017

ALINE GIULIANE DA SILVA PEREIRA

OS MÚLTIPLOS AMBIENTES DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO: da qualidade
de vida à possibilidade de percepção do adicional de insalubridade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Orientador: prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros.

BELÉM
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P436m

Pereira, Aline Giuliane da Silva, 1992 -

Os múltiplos ambientes de trabalho do bibliotecário: da qualidade de vida à percepção do adicional de insalubridade / Aline Giuliane da Silva Pereira; orientador Lucivaldo Vasconcelos Barros. -- 2017.

64 f.; 29 cm

Inclui bibliografias

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2017.

1. Ambiente de Trabalho-bibliotecário. 2. Insalubridade. 3. Agentes nocivos. I. Universidade Federal do Pará. II. Barros, Lucivaldo Vasconcelos, Orient. III. Título.

ALINE GIULIANE DA SILVA PEREIRA

OS MÚLTIPLOS AMBIENTES DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO: da qualidade
de vida à possibilidade de percepção do adicional de insalubridade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Orientador: prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros.

Data da aprovação: 06 de abril de 2017.

Banca examinadora:

Lucivaldo Vasconcelos Barros – Orientador
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará

Willians Jorge Correa Pinheiro – Membro
Mestre em Serviço Social-Políticas Sociais e Cidadania
Universidade Federal do Pará

Merabe Carvalho Ferreira da Gama - Membro
Mestra em Gestão Pública
Universidade Federal do Pará

Dedico em memória de meu amado pai, Warny Guilherme Ribeiro Pereira, que infelizmente não esteve presente em algumas etapas da minha vida, mas que de algum lugar sempre esteve comigo.

À minha mãe, Valmira Pompeu, que sempre será exemplo de lutas, amor, por todos os momentos maravilhosos em família.

Aos meus irmãos, Talita Pompeu, Giordano Valber, Valdiléia Pompeu, e aos meus sobrinhos, que serão meus eternos amores, Heitor Guilherme, Helielson Guilherme e Maria Alice.

Aos meus tios, tias e madrinhas que sempre estiveram comigo em algum momento, de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma graduação é gratificante para qualquer indivíduo, é uma etapa vencida entre tantas que a vida nos proporciona, é a realização de um entre tantos sonhos. É o momento que se exercerá tudo que aprendeu na academia, com gosto e vontade, e acima de tudo, com amor a profissão. Ao longo dessa caminhada, conhecemos pessoas que de alguma maneira contribuíram para conclusão desta etapa.

Agradeço a Deus por tudo que sou, por tudo que conquistei e pelas bênçãos recebida por toda minha vida.

Agradeço a bibliotecária Berenice Bacelar, curadora do setor de obras raras do Museu Paraense Emilio Goeldi que me inspirou na busca pelo tema da pesquisa.

Agradeço a equipe do Museu Paraense Emilio Goeldi pelos conhecimentos adquiridos ao longo da extensão curricular, em especial Andréa Assis, Rodrigo Paiva e Graça Moraes.

Agradeço a bibliotecária do Ministério Público Federal, Ana Santos, por todos os ensinamentos profissionais e, principalmente, de vida ao longo do meu estágio.

Agradeço a equipe maravilhosa do Arquivo do Ministério Público do Estado do Pará, Elaine Nascimento, Heloisa Vidal, Edney Clandrini, Wagner Nascimento, Gilvandro e Sandra, por todos os conhecimentos adquiridos.

Agradeço aos meus amigos, Pâmela Whellen, Tainara Cardoso, Christiani Newar, Marcos Oliveira, Rafael Queiroz, Jean Libório e Liniker Passinho pela amizade construída ao longo dos quatros anos de faculdade.

Agradeço aos professores da Faculdade de Biblioteconomia com quem tive a oportunidade de estudar.

Agradeço ao meu orientador, Lucivaldo Barros, pela dedicação aos seus orientados e pela contribuição primordial para esta pesquisa.

RESUMO

Busca compreender em que situações o profissional bibliotecário poderá receber o adicional de insalubridade. Tem como objetivo identificar quais são os ambientes de trabalho que este profissional desenvolverá suas atividades e associar com os agentes nocivos de acordo com a legislação brasileira vigente. A metodologia aplicada se baseou em métodos como a natureza da pesquisa, caracterizando-a como aplicada a forma de abordagem do problema de maneira qualitativa, ao objetivo como pesquisa exploratória, aos métodos nos quais foram escolhidos na forma de abordagem dedutiva e ao método relacionado aos procedimentos nos quais foram escolhidos o método observacional e histórico. Sobre o procedimento técnico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a documental. Os instrumentos utilizados foram as bases de dados, a fim de recolher o material, como artigos, livros, dissertações etc. Como resultado da discussão levantada, observou-se a ocorrência de mudanças no ambiente de trabalho deste profissional ao longo dos anos. Foi possível verificar que estes ambientes se modificaram ou se adaptaram às novas tecnologias, fazendo com que o bibliotecário desenvolvesse outras atividades em outros espaços. Também, a percepção do adicional de insalubridade vai depender das condições do ambiente de trabalho, dos agentes e do grau de intensidade ou concentração da exposição.

Palavras-chave: Ambiente de trabalho-bibliotecário. Adicional de insalubridade. Agentes nocivos.

ABSTRACT

It seeks to understand in which situations the professional librarian can receive the hazard pay; it aims to identify which work environments this professional will develop their activities and associate with harmful agents in accordance with current Brazilian legislation. The applied methodology was based on methods such as the nature of the research, characterized as applied since it aims to bring forth knowledge, how to approach the problem in a qualitative way, to the objective as an exploratory research, to the methods in which the method was chosen in the form of deductive approach and the method related to the procedures from which the observational and historical method was chosen, a bibliographic and documentary research were used on the technical procedure and due to the methodological course the instruments used were the data bases in order to collect material such as articles, books, dissertations, etc. As a result of the discussion, it was observed the occurrence of changes in the work environment of this professional over the years, it was also possible to notice that these environments modified or adapted to the new technologies and lead the librarian to develop other activities and in others places and that the perception of hazard pay will depend on the conditions of the work environment, the agents and to what extent of intensity or concentration of exposure.

Key words: librarian work environment. Hazard pay. Harmful agents.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de atividades avaliadas pela forma qualitativa, sem laudo pericial

Quadro 2 – Exemplos de atividades avaliadas pela forma qualitativa, com laudo pericial

Quadro 3 – Grau de insalubridade para possíveis agentes no ambiente bibliotecário

Quadro 4 – Definições de acordo com a NR 15, sobre os agentes

Quadro 5 – tipos de termômetros utilizados nas medições para identificar as contribuições dos fatores ambientais à sobrecarga térmica.

Quadro 6 – Relação de doenças associadas aos fungos encontrados com frequência em ambientes bibliotecários.

Quadro 7 – Representação dos antigos e novos paradigmas

Quadro 8 - Algumas das manifestações clínicas ocasionadas pelas lesões

LISTA DE SIGLAS

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OET	Oxido de Etileno
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
3 DIREITO, SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO	25
3.1 Breve histórico sobre os direitos do trabalhador	25
3.2 A insalubridade no ambiente de trabalho: os graus de insalubridade e limites aceitáveis	28
3.3 O direito ao adicional de insalubridade	33
4 AMBIENTE DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO	35
4.1 Condições e agentes vetores de insalubridade	36
4.2 A saúde do bibliotecário no ambiente ocupacional: riscos e doenças	43
4.3 Normas regulamentadoras (NR's): possibilidades de aplicação às atividades de trabalho do bibliotecário como medidas de prevenção, saúde e segurança	46
4.3.1 Decisões judiciais sobre adicional de insalubridade do bibliotecário.....	48
4.3.2 Projeto de Lei n. 2.361/2011.....	49
5 AS TRANSFORMAÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	50
5.1 O ambiente de trabalho bibliotecário na pós-modernidade	50
5.1.1 Do tradicional ao contemporâneo: as mudanças no cotidiano bibliotecário.....	50
5.2 Os “novos” tipos de doenças ocupacionais que podem atingir o profissional	53
6 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO A – Projeto de Lei n. 2.231/2011	76
ANEXO B – Modelo de laudo pericial	79

1 INTRODUÇÃO

O ser humano tem a capacidade admirável de inventar, aprender e adaptar-se as diferentes situações surgidas na vida pessoal ou profissional. Entretanto, quando se entra no âmbito do ambiente de trabalho devem ser feitas algumas colocações referentes às condições expostas para o trabalhador, como local adequado e equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades.

Dependendo do ambiente e condições que o trabalhador exerça suas atividades, o desenvolvimento destas pode ser comprometido por diversos problemas e assim acarretar consequências positivas ou negativas ao exercício profissional. Nesse sentido, as condições laborais e o ambiente de trabalho onde são desenvolvidas as atividades do profissional bibliotecário serão expostas nesta pesquisa.

Em síntese, o trabalho como atividade inerente e necessário ao homem teve em seu processo de desenvolvimento algumas características modificadas. Para ilustrar e ressaltar esse aspecto, pode-se exemplificar que o desempenho de uma atividade laboral não proporcionava direitos, benefícios ou realizações pessoais aos indivíduos. Por um longo período, o trabalho escravo foi predominante nas sociedades e as dificuldades enfrentadas por sujeitos nessas condições serviram de influência no processo de transformação do trabalho nos moldes de hoje.

Entre os vários acontecimentos na história da humanidade, devem ser destacados os que mais impactaram às mudanças relacionadas ao trabalho, como a revolução industrial, apenas para dar um exemplo. O ambiente de trabalho era extremamente precário, com espaços inapropriados, pouca iluminação, falta de segurança, jornadas exaustivas, além da falta de direitos a esses trabalhadores. As doenças adquiridas pelos trabalhadores neste período, normalmente evoluíam e em muitos casos os levavam a óbito¹.

Durante a revolução industrial as transformações ocorreram em vários aspectos do trabalho, tanto em relação ao modo de produção, como as condições do ambiente, o surgimento de máquinas, movimentos sociais nas fábricas, dentre outros. As mudanças sobre bem-estar da população trabalhadora, como o direito e a saúde do trabalhador, ocorreram neste momento histórico.

Diante desse contexto, verifica-se que embora tenha havido uma preocupação histórica relacionada a estudos voltados para entender as condições de trabalho, proporcionadas ao ser humano, há evidente comprovação da necessidade de explorar as condições no contexto bibliotecário.

¹ René Mendes aborda o histórico da revolução industrial com a saúde do trabalhador

É importante destacar que no âmbito desta pesquisa, as informações expostas se restringem aos bibliotecários, pelo fato de tais profissionais possuírem dificuldades de esclarecimento sobre a insalubridade em seus ambientes de trabalho.

O tema abordado nesta pesquisa surgiu como uma necessidade de compreender o ambiente e as condições onde o bibliotecário desenvolve suas atividades.

Na fase de pesquisa bibliográfica, observou-se uma deficiência na literatura em relação ao direcionamento deste estudo. Nas bases e fontes de pesquisa utilizadas, os resultados tinham como foco assuntos específicos como estudos sobre o acervo, a ergonomia para ambiente do bibliotecário e as doenças comuns que afetam esses profissionais.

Observou-se, também, que os profissionais bibliotecários possuem uma dificuldade em entender as reais situações quando as suas atividades podem ou não ser consideradas insalubres.

A partir das características citadas acima, este estudo visa tornar mais compreensível, conhecido e disseminado os problemas relacionados à insalubridade nessa profissão e quais os reais direitos desse profissional.

As condições e o ambiente de trabalho são assuntos que sempre terão um destaque na sociedade, pois, de maneira geral, são os trabalhadores que movimentam a economia e são nessas condições e ambiente que este trabalhador pode desenvolver suas atividades com ou sem qualidade. Entre outros problemas que acomete os trabalhadores, terá destaque nesta pesquisa a insalubridade e as consequências trazidas ao profissional bibliotecário.

Diante dessa problemática, esse assunto voltado ao profissional bibliotecário traz alguns questionamentos, tais como: todos os locais de trabalho do bibliotecário são insalubres? Em que condições essas atividades se caracterizam como insalubres? Em que situações o bibliotecário terá direito ao adicional de insalubridade?

Diante do exposto, a pesquisa tem por objeto geral verificar se todos os ambientes de trabalho do bibliotecário são considerados insalubres nos termos da legislação.

Por objetivos específicos, esta pesquisa visa:

- a) Identificar quais os ambientes de trabalho em que o bibliotecário poderá desenvolver suas atividades, e a necessidade de receber o adicional de insalubridade;
- b) Relacionar os agentes nocivos com as atividades e saúde do bibliotecário;
- c) Mostrar as mudanças quanto à saúde ocupacional que podem interferir na qualidade de vida deste profissional;

A pesquisa, seja acadêmica, profissional ou pessoal requer uma série de procedimentos, cada uma a sua maneira, mas todas com o propósito de alcançar um resultado final, e, além disso, é necessário tempo e dedicação. Assim, “o método científico é como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

A definição de metodologia, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14), consiste em que:

A metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.

Portanto, a metodologia é uma etapa bastante relevante em uma pesquisa científica, pois mostra como construir o caminho para se alcançar objetivo. Nesta pesquisa, as etapas metodológicas foram definidas da seguinte forma: quanto à natureza, à forma de abordagem do problema, ao objetivo, aos métodos, ao procedimento técnico e instrumentos.

Quanto à natureza da pesquisa, é classificada como aplicada e “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se a forma qualitativa neste trabalho, que segundo a definição de Minayo e Sanches (1993) caracteriza como:

Trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões e adéqua-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Quanto ao objetivo, , trata-se de uma pesquisa que busca várias informações, ideias, dados, sobre o tema que se pretende abordar na pesquisa, com isso torna-se possível conhecer e aprofundar na questão da pesquisa.

Os métodos dentro da metodologia apresentam-se de duas formas: método relacionado à forma de abordagem e o método relacionado aos procedimentos. Cada um desses com sua finalidade, em que o método de abordagem é voltado ao pensamento à abstração, enquanto o método de procedimentos está relacionado à técnica. “Esse método tem por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais” (GIL, 2008, p. 15).

O método de abordagem é a “forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 26). Portanto, a utilização nesta pesquisa foi o método dedutivo, que se caracteriza como do geral para o particular, ou seja, o estudo inicia-se

com o tema ambiente de trabalho (geral), seguindo para ambiente de trabalho nas atividades do profissional bibliotecário (particular). Assim, como os outros, o método dedutivo está relacionado a uma corrente filosófica, intitulada racionalismo.

O método de procedimentos como está relacionado às técnicas estabelece os processos empregados na coleta de dados e análise. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 36) “... são menos abstratos; são etapas da investigação”. Por essa definição e diferenciação dos métodos, esta pesquisa utilizou-se dois métodos: método histórico e o observacional. Pode ser utilizado mais de um método de procedimentos, isto depende de cada pesquisa.

O método histórico foi útil para ter conhecimento da raiz do problema para então fazer uma análise com a atual realidade, “o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 36). Quanto ao método observacional, houve a observação de um problema dentro de uma determinada comunidade: os profissionais bibliotecários.

No procedimento técnico de pesquisa, foi adotada a pesquisa bibliográfica, responsável pelo levantamento de materiais já publicados, independente do suporte onde se encontre a informação, podendo ser livros, periódicos impressos e eletrônicos, artigos, folhetos, bases de dados, bibliotecas virtuais etc. “Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Na pesquisa documental, foi feita a consulta em laudos técnicos para saber a maneira de avaliar se um ambiente é ou não insalubre. Além da pesquisa feita na base de dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por ser mais desenvolvido e ser maiores as possibilidades de encontrar decisões judiciais sobre adicional de insalubridade para bibliotecários, também foi feita a pesquisa a nível regional no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Os instrumentos de pesquisa que aparecem, constantemente, nos livros, são entrevistas, questionários, formulário e etc. Eles são mais adequados quando não possuem como objetivo a pesquisa exploratória, por isso os instrumentos utilizados aqui se basearam em fontes de informação que podem ser definidas como “qualquer recurso que responde a uma demanda de informação, produto ou serviço de informação, uma pessoa ou grupo de pessoas, uma organização, etc”. (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2000 apud AZEVEDO, 2011, p. 2). Essas fontes são classificadas em primárias, secundárias e terciárias, apesar de que alguns autores colocam secundárias e terciárias no mesmo patamar, mas a intenção não retrata de fazer

essa abordagem conceitual sobre fontes de informação. Este estudo utilizou com maior frequência os recursos informacionais primários e secundários.

Como fontes primárias estão à legislação referente ao direito do trabalho, normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), jurisprudências, periódicos, relatórios técnicos, dissertações. Como secundárias, estão os livros, as bases de dados e catálogos de biblioteca.

Serão enfatizadas aqui as pesquisas feitas em bases de dados que são consideradas fontes secundárias, pois elas estão na sua maioria em ambiente web. Devido à revolução informacional, a facilidade de encontrar a informação desejada neste ambiente pode se tornar uma dificuldade na vida do pesquisador. Isto ocorre pela quantidade exorbitante de informações disponibilizadas na internet, e caso o pesquisador não conheça os meios para chegar à informação correta, ele terá como consequência a perda de tempo e a frustração na busca, por isso existe a necessidade de uma busca mais compromissada.

A princípio, as bases de dados foram utilizadas para encontrar os artigos científicos e as teses. Depois de todo o processo de escolha e delimitação do tema, iniciou-se a busca por informações a respeito de condições e ambiente de trabalho nas atividades do bibliotecário. Dentro deste tema, foram buscados os materiais através de palavras-chave: “revolução industrial”, “história-direito do trabalho”, “saúde do trabalhador”, “doenças ocupacionais”, “mercado de trabalho-bibliotecário”, “qualidade de vida”, “ambiente de trabalho”, “condições insalubres”, “agentes nocivos”, “adicional de insalubridade”, “preservação do acervo”, “segurança do trabalho”, “medicina do trabalho”, “ergonomia” etc.

Ressalta-se que as bases de dados possuem recursos com a finalidade de ajudar na pesquisa do usuário, mas na maioria dos casos este não tem o conhecimento necessário para o uso correto desses recursos. Como exemplo prático e eficiente, os operadores booleanos são uma ótima opção de busca em meio à infinidade de artigos disponíveis nas bases de dados.

Como recursos disponíveis estão os operadores booleanos que são AND, OR e NOT. A maioria das bases utiliza os operadores na língua inglesa, mas existem outras que utilizam em português que são E, OU, NÃO, respectivamente. A utilização de tais operadores acontece da seguinte maneira: AND significa que a busca recupera documentos que contêm os termos usados, ou seja, pesquisa dois termos em um mesmo documento, exemplo “ambiente de trabalho” and “condições insalubres”, no caso do OR recuperar registros com pelo menos uma das palavras usadas, como “segurança do trabalho” or “medicina do trabalho”, já o NOT exclui os termos indesejados, a exemplo: “insalubridade” not “periculosidade”. Assim, a busca por materiais de estudo pode ser mais proveitosa.

Passando a fase de busca de materiais de estudo, chegou-se a leitura do material que, segundo Gil (2008, p.93), tem por objetivos: “a) identificar as informações e os dados constantes dos materiais; b) estabelecer relações entre essas informações e dados e o problema proposto; e c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”.

A aplicação da leitura ocorreu em duas etapas: i) a leitura exploratória em sumários, introduções, resumos, e palavras-chaves, a fim de verificar se documento continha informações úteis; em seguida, ii) a leitura seletiva para aprofundar os tópicos que de fato serviram como referência.

Por fim, todo o processo metodológico descrito acima foi de suma importância para a qualidade e conclusão deste estudo, pois foi por este caminho que se obteve informações coerentes ao tema, confiabilidade das fontes e veracidade das informações. Esta pesquisa dividiu-se em quatro capítulos com a finalidade de detalhar os estudos sobre o ambiente de trabalho e a busca pela qualidade de vida do profissional bibliotecário, assim distribuídos.

O capítulo 2 trata do referencial teórico, que teve por objetivo a busca de informações de referência sobre o início do processo de transformação do trabalho, da saúde e segurança do trabalhador.

O capítulo 3 apresenta um breve histórico sobre as condições do ambiente de trabalho, dos direitos adquiridos e sobre a saúde e segurança dos trabalhadores, expondo, em seguida, o conceito e a legislação sobre insalubridade.

O capítulo 4 adentra-se diretamente ao ambiente profissional do bibliotecário, apresentando os possíveis meios no qual este profissional pode ter suas atividades e ambiente insalubre, gerando assim a ausência na qualidade de vida. Dentre as várias NR existentes, indica quais têm a possibilidade de serem aplicadas às atividades no ambiente do bibliotecário.

No capítulo 5, aborda a mudança do perfil deste profissional, dos ambientes laborais, como vem ocorrendo a adaptação dos bibliotecários a essas mudanças. Apresentam também as mudanças no campo da saúde do bibliotecário e como as modificações das doenças ocupacionais do mundo moderno afetam este profissional, em quase destacam as síndromes, depressões, estresse, lesões etc.

Por fim, a conclusão apresenta não apenas as respostas da questão central e dos objetivos, mas propõe uma reflexão acerca do âmbito profissional do bibliotecário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema principal abordado neste estudo é ambiente e condições de trabalho, assuntos que durante anos não tiveram reconhecimento, preocupação e importância, muito diferente da situação que temos na atualidade, pois estes dois assuntos se interligam e interferem diretamente na vida profissional de qualquer ser humano. Este estudo apresenta-se como interdisciplinar dada à necessidade de adentrar em diferentes áreas do conhecimento.

Esta pesquisa fundamentou-se a partir da História em compreender como ocorreram as transformações do trabalho, do seu ambiente e suas condições, mas para isto foi necessário buscar o ponto inicial das mudanças. O intuito deste estudo não é o de se aprofundar nessa área, mas de buscar momentos importantes.

Dentre as revoluções, a francesa e industrial tiveram fundamental relevância neste processo, pois a liberdade e a melhoria das condições de trabalho, respectivamente, foram seus caminhos norteadores. Por séculos o trabalho teve significado de algo ruim para o indivíduo, como afirma Decca (1995, p. 1) “que até a época moderna sempre foi sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis, de dor e de esforço extremo (...)”. Nas fábricas do século XIX essa forma de trabalho era extremamente presente, uma vez que os operários não tinham uma jornada de trabalho definida, nem condições apropriadas e sempre tinham que produzir além do limite de sua capacidade.

Segundo Hosbsbawm (2013, p. 70), é relativo dizer que os resultados da revolução industrial foram apenas positivos ou negativos, mas afirma que a revolução industrial é tida como modificadora social. O autor apresenta os efeitos sociais da industrialização e afirma que existiram dois modelos de sociedade: a sociedade pré-industrial e industrial. Cada uma com sua mão de obra. A primeira era em sua maioria famílias agrícolas possuidoras de algum meio de produção, enquanto a segunda tinha como formação unicamente o proletariado.

Na sociedade industrial, o trabalho era algo “forçado”, ou o operário trabalhava nas condições do patrão, ou acabaria morrendo de fome, sendo que a industrialização nas fabricas trouxe uma evolução no campo tecnológico, mas para as relações de trabalho no ambiente fabril trouxe “a tirania dos relógios, a máquina que regula o tempo (...)” (HOSBSBAWM 2013, p. 76).

No ambiente das fábricas, os operários não possuíam condições de trabalho adequadas, nem equipamentos necessários no desempenhar das atividades e, como resultados, adquiriam doenças. Essas fábricas ficavam localizadas nos pólos industriais da Inglaterra, especificamente em duas cidades, com o crescimento populacional as cidades não acompanharam tal fenômeno,

isto trouxe uma série de problemas ligados ao saneamento básico, como afirma Hosbsbawm (2013, p. 77).

E que cidades! Não eram apenas o fato de serem cobertas de fumaças e impregnadas de imundície, nem o fato de os serviços públicos básicos – abastecimento de água, esgoto sanitário, espaços abertos etc. – não poderem acompanhar a migração maciça de pessoas, produzindo assim, sobretudo depois de 1830, epidemias de cólera, febre tifóide (...)

Entre as doenças que surgiram neste período, a tuberculose também esteve muito presente no ambiente das fábricas assim com temas de salubridade e insalubridade já abordados a partir da revolução industrial. Como consequência dos problemas citados acima, começou nesse instante as discussões sobre a medicina social.

Foucault explica o nascimento da medicina social no livro “microfísica do poder”, que em resumo expõe as três etapas de formação da medicina social. O autor esclarece que o corpo enquanto força de trabalho teve bastante interesse político e social em todas as etapas.

Afirma “o corpo que trabalha, o corpo do proletário” foi o último e não o primeiro assumido pela medicina moderna. Isto só ocorreu “na 2ª metade do século XIX, que se colocou o problema do corpo, da saúde ao nível da força produtiva dos indivíduos” (FOUCAULT, 1984, p. 80).

O referido autor explica que a medicina social passou por três etapas essenciais para concluir sua formação. A medicina de estado, a medicina urbana e a medicina da força do trabalho, sendo as duas últimas, fundamento para este estudo.

A medicina urbana surgiu com o fenômeno da urbanização ocorrida no final do século XVIII, na França. Neste período, algumas cidades francesas passavam por uma estruturação político-econômica, como afirma Foucault no trecho a seguir:

Ora, na segunda metade do século XVIII, se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado (FOUCAULT, 1984, p. 86).

O nascimento da indústria fez com que as cidades deixassem de ser apenas um lugar de mercado, mas também de produção. Nesse momento, iniciou as migrações campo/cidade, [provocando?] a urbanização. O progresso das cidades ocasionou o surgimento da população pobre operária e, conseqüentemente, agentes das mudanças do século XIX. Além disso, houve os conflitos entre os grupos “políticos”, e em consequência as revoltas urbanas.

A atenção para a organização sanitária é uma consequência de tais acontecimentos, e neste exato momento se desenvolve a medicina urbana propondo uma análise dos “lugares de acumulação no espaço urbano”, uma busca para melhoria nas águas e no ar das cidades, e como

esses elementos poderiam fluir melhor para a população e para as questões de saneamento básico. “A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência” (FOUCAULT, 1984, p. 92). A medicina científica dá-se por meio da socialização da medicina, da qual surge um aspecto importante na medicina social, a salubridade.

A salubridade é direcionada para os elementos que compõe o meio, sendo uma maneira de proporcionar a melhoria da saúde dos indivíduos: “salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública” (FOUCAULT, 1984, p. 93).

A medicina da força de trabalho entra nesta pesquisa como continuação a questão da salubridade, pois esta etapa da medicina social ocorre no século XIX e, especificamente, na Inglaterra. E eclode neste momento a revolução industrial.

Segundo o autor, os pobres e os operários serão os agentes principais na medicina da força do trabalho na Inglaterra. Em determinado momento, essa população começa a ter assistência à saúde, e, por outro lado, a burguesia detinha o controle sobre as possíveis epidemias causadas por seus proletariados, pela à força de trabalho, e pela produção. A classe rica impunha sistemas médicos para manter este controle.

Por fim, o autor afirma que dentro da medicina social a etapa principal para sua consolidação e evolução como prática social foi a medicina da força de trabalho, pois se conseguiu elencar três pontos importantes: assistência médica ao pobre, controle de saúde da força de trabalho e esquadrinhamento geral da saúde pública.

A intenção desta pesquisa não trata apenas de buscar no passado as informações sobre ambiente de trabalho e sobre os problemas decorrentes dele, mas busca principalmente entender as transformações ocorridas até a sociedade atual.

A profissão de bibliotecário existe desde a antiguidade, e tradicionalmente seu ambiente de trabalho é uma biblioteca física, suas atividades são quase sempre integralmente voltadas ao acervo.

Por isso há a necessidade de esclarecer que as condições exploradas a seguir são direcionadas as bibliotecas tradicionais.

Analisando essas informações, observa-se que as atividades do bibliotecário sempre foram um potencial para atividades insalubres. Segundo Baganha (2004, p. 93) “as bibliotecas eram sombrias, poeirentas, silenciosas e quase lúgubre, fechada sobre si mesma (...) onde o ambiente hostil e frio afasta mais do que cativa”.

O ambiente de trabalho do bibliotecário precisa ser analisado para entender se esse local de trabalho apresenta condições que venham a favorecer situações que prejudiquem a saúde deste profissional, como a insalubridade.

Conhecer as atividades, o meio e a maneira correta na qual elas serão desenvolvidas, pode ser uma opção para identificar as condições desfavoráveis ao ambiente e saúde do bibliotecário.

No livro “armazenagem e manuseio” do projeto de conservação preventiva de bibliotecas e arquivos, apresenta as condições ideais que vão desde a maneira em que um livro deve estar armazenado até a seleção do mobiliário adequado para o ambiente que será desenvolvida as atividades. “A seleção de móveis para guardar os acervos de uma biblioteca e de arquivos requer uma investigação minuciosa” (ODGEN, 2001, p. 39).

No ambiente físico de uma biblioteca, onde serão armazenados os materiais, deve-se manter condições favoráveis, “os prédios devem ter uma boa manutenção. As portas e janelas devem ter seladores para vedação e devem ser mantidas fechadas para evitar a troca do ar não condicionado que vem de fora”. (ODGEN, 2001, p. 7)

Caso não ocorra esses ideais, existe grande probabilidade do ambiente de trabalho do bibliotecário, a biblioteca física, ter como consequência o surgimento de focos de insalubridade.

Lembrando que essas informações são no contexto de uma biblioteca convencional, pois suas funções vitais, segundo Baganha, (2004, p. 93) eram apenas de armazenar e conservar conhecimentos.

Como a tendência universal é evoluir em todos os aspectos de sua existência, com a biblioteca não foi diferente, houve períodos na história das bibliotecas que estas foram desde as bibliotecas de grandes imperadores ao atuais tipos de bibliotecas¹.

Como as condições e ambientes de trabalho do bibliotecário adaptaram-se as mudanças sociais e principalmente informacionais, e como, em círculo vicioso, os problemas também mudaram e/ou adaptaram-se a essas transformações.

A partir do século XX, as atividades dos bibliotecários passam por mudanças de paradigmas, uma vez que a globalização se torna mais presente na sociedade. De acordo com Tarapanoff (1997, p. 21), na pesquisa para identificar o perfil do profissional da informação no Brasil, as transformações sociais e econômicas, assim como as mudanças estruturais e organizacionais das unidades de informação, são características da década de 1990, pois a “disponibilização” e a “popularização” das novas tecnologias provocaram tais mudanças.

As mudanças do perfil bibliotecário afeta diretamente as questões ligadas ao seu ambiente de trabalho e atividades, pois neste momento a insalubridade será apenas um dos

problemas decorrentes desta mudança. Ainda sobre o tema, Tarapanoff (1997, p. 21) exemplifica de maneira clara e objetiva esta mudança quando afirma que “não necessita está inserida num contexto físico, como uma biblioteca, um centro de informação e/ou documentação, para cumprir o seu propósito social”. Por isso, as questões pertinentes as condições de trabalho do bibliotecário serão analisadas de acordo com seu local de trabalho, pelo perfil e suas atividades.

Nessa transição de perfil, o bibliotecário passa a ser um agente social, onde a preservação, a organização e disseminação das informações serão seus objetivos para com seus usuários, como “agregar valor à informação solicitada pelo usuário” Tarapanoff, (1997, p. 22). Essas modificações influenciam o mercado de trabalho para este profissional, uma vez que atualmente vivemos na sociedade da informação, onde os profissionais mais capacitados e familiarizado com as tecnologias possuem melhores oportunidades.

Compartilhando desse entendimento Le Coadic aborda de maneira singular a informação e o profissional bibliotecário no livro a Ciência da Informação. Ele expõe que na atual sociedade o excesso de informação, seja de qualquer natureza, pode ser potencialmente comercializada em uma sociedade que a cada dia torna-se mais informacional. “A informação seja ela escrita, oral ou audiovisual, vende-se bem. Vende-se cada vez mais e em grande quantidade” (LE COADIC, 1996, p. 1).

Nessa obra desse autor é possível obter bastante conhecimento sobre o profissional bibliotecário e como ele pode fazer parte dessa sociedade e mercado informacional atual.

O profissional bibliotecário, segundo Le Coadic, faz parte dos profissionais da informação que são denominados “especialistas, empresários e cientistas da informação” são atribuídas características a cada um e se analisados. Conclui-se que o bibliotecário se encaixe em todas essas denominações. Por essa razão o mesmo deve-se familiarizar com as tecnologias, aceitar mudanças e aperfeiçoar seus conhecimentos.

As demandas informacionais aumentam no mesmo ritmo em que a tecnologia avança, e acaba impondo algumas transformações. A obra de Le Coadic, aplicada nesta pesquisa, é justamente associar essas mudanças sociais e informacionais ao ambiente e as atividades do bibliotecário; mostrar que aquela representação banalizada deste profissional ficou para trás, e que este deve adaptar-se a esta nova sociedade, já que “o mercado da informação se diversifica e as populações de usuários mudam rapidamente” (LE COADIC, 1996, p. 110).

As transformações ou adaptações desses profissionais trouxe a evolução do perfil bibliotecário, mas também gerou problemas relacionados ao ambiente de trabalho e condições a qual estará exposto. Antigamente os problemas associados às atividades do bibliotecário

davam-se, em muitos casos, ao aparecimento de doenças respiratórias e/ou de pele. Atualmente, o bibliotecário tornou-se mais dinâmico em suas atividades, e os problemas presentes estão mais relacionadas com as síndromes, lesões e estresses físicos e mentais.

Pelos conhecimentos mencionados acima, fica claro que o perfil do bibliotecário, o ambiente, as condições, e principalmente os problemas relacionados às atividades deste profissional, também evoluíram junto com a tecnologia, e trouxeram inovações inclusive nos problemas de saúde destes profissionais.

3 DIREITO, SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Este capítulo fundamentou-se em alguns acontecimentos históricos para entender o início das modificações no processo de consolidação do trabalho. Compreender como eram os ambientes e as condições de trabalho, especificamente no século XIX, para entender como se estruturou os direitos e a preocupação com saúde e segurança do trabalhador.

3.1 Breve histórico sobre ambiente de trabalho e direitos do trabalhador

Inicialmente, foi necessário buscar na história as bases fundamentais sobre o ambiente de trabalho para servir de suporte nesta pesquisa, mas esclarecemos que as condições ambientais no trabalho têm origens remotas e, possivelmente, ocorreram situações de iguais proporções. Contudo, em relação à mudança histórica sobre o trabalho, é necessário discorrer sobre a revolução industrial do século XIX.

Na Europa do século XIX, sucederam-se vários acontecimentos que fizeram parte da sua formação histórica, política, econômica e social. Neste capítulo, foi estudada a revolução industrial como base histórica para a compreensão e entendimento sobre as questões pertinentes a classe trabalhadora que, especificamente, para esta pesquisa, adentrou-se nas condições e ambiente do trabalho daquele período.

Com início da industrialização, as fábricas começaram a introduzir as máquinas em seus galpões com dois propósitos: O maquinário seria uma forma de garantir a regularidade e a continuação da produtividade, e “representou um forte obstáculo aos movimentos de resistência fabril” (DECCA, 1995, P. 32).

Com isso, os operários acabavam obrigados a trabalhar nas condições dos patrões, pois as máquinas não só eram uma ameaça com “respeito aos seus postos de trabalho, mas contra todo modo de vida que compreendia a liberdade e dignidade (...)” (DICKSON, P. 61 apud DECCA, 1995, P. 31).

Os patrões naquele momento eram detentores da submissão de seus operários e acabavam ditando as regras do ambiente fabril, logo as condições de trabalho passaram a ser de jornadas exaustivas e o ambiente nas fábricas não eram apropriados para os operários. Mulheres e crianças se viam obrigadas a trabalhar em troca apenas de um prato de comida, como exemplifica Engels (1975, p. 189) “as mulheres voltam a fábrica muitas vezes três ou quatro dias após o parto, deixando, bem entendido, o recém-nascido em casa. As horas das refeições vão a correr a casa para aleitar a criança e comerem um pouco”. Além das doenças que eram adquiridas, os acidentes que ocorriam muitas vezes levava os operários à morte.

A partir de então os operários passaram a criar uma organização no interior das fabricas e deu-se início a vários movimentos. Os direitos conquistados pela classe trabalhadora tiveram a influência direta das movimentações sociais que ocorriam na Europa. Com isso as questões trabalhistas passaram a ser observada de maneira diferenciada, não apenas na Europa, expandindo-se por outros países (MENDES, René, 1995, p. 7).

Entre tantos momentos importantes no processo de industrialização, um será destacado neste estudo como de fundamental importância para as questões sobre ambiente de trabalho. A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, no período de pós-guerra, nasce em meio a necessidade de paz universal, baseada na justiça social com objetivo de promover o acesso a um trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade (OIT, 2017).

Dentro das coletâneas da OIT, existem recomendações e convenções que discutem assuntos relacionados ao trabalho, entre eles a segurança e a saúde do trabalhador. O Brasil destaca-se por ratificar muitas dessas convenções, por exemplo, a Convenção n. 155 da OIT, realizada em 1981 Genebra, que trouxe uma nova forma de olhar para a saúde e segurança do trabalhador, pois a partir dela este passa a ser um agente ativo no que diz respeito as condições de seu ambiente de trabalho, além de afirmar em seu texto que as questões pertinentes a segurança e saúde devem estar amparada por leis.

A relação entre saúde e trabalhador ganha espaço no período de industrialização, surgindo as preocupações com a saúde, doenças e acidentes relacionados ao ambiente e condições de trabalho.

Os avanços tecnológicos ocorridos nesse período proporcionaram, em um certo momento, a preocupação com a saúde dos operários. Como estes eram os principais agentes da economia Europeia do XIX, a partir do momento que começam a adoecer em seus locais de trabalho e prejudicar a produção, a saúde passa a ser motivo de preocupação, surgindo, dessa forma, a medicina social, que ao longo dos anos tem como ramificação a medicina do trabalho (FOUCAULT, 1984, p. 93).

Segundo Mendes, é a partir do *Factory Act* (1833), lei das Fabricas, que essa preocupação fica mais difundida, porque esta prevê a prevenção e determina a idade mínima para o trabalho: “desde então, também empresas começaram a contratar médicos para o controle da saúde dos trabalhadores, nos locais de trabalho” (MENDES, 1995, p. 7).

No Brasil, após o fim da escravidão em 1888, houve a necessidade de mão de obra para as atividades que estavam em operação no país, daí a relação trabalhista tomou uma importância maior na sociedade brasileira (MENDES, 1995, p. 9).

O processo de industrialização no Brasil teve mais força quase na metade do século XX, período em que o país era governado pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo que, em 1930, o Estado começou a preocupar-se com a situação que o país se encontrava, devido às consequências da crise de 1929. Durante o governo de Getúlio Vargas, as necessidades de mão de obra assalariada para a intensificação da industrialização brasileira tornaram as questões trabalhistas amplamente desenvolvidas; é nesse período que o direito do trabalho surgiu como meio de garantia para a classe trabalhadora.

Os direitos dos trabalhadores foram se estruturando no governo Vargas, ao se promover a criação de instituições que trabalhavam como regulamentadoras das questões relativas ao trabalho e a legislação trabalhista. Antes de sua posse Getúlio Vargas por meio do decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930 cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em 1 de maio de 1943, o então presidente Getúlio Vargas assina a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em que reuni toda legislação referente ao trabalho no Brasil, sendo seu principal objetivo regulamentar as relações individuais e coletas do trabalho.

O conteúdo da CLT traz um conjunto de normas para serem utilizadas nas questões de trabalho entre empregado e empregador e entre tantas, como salário e férias, por exemplo: existe uma norma que trata da saúde do trabalhador.

A partir da criação da instituição citada acima, as questões acerca do trabalho passam a ganhar mais visibilidade, e na então Constituição Federal brasileira de 1988, torna-se um direito fundamental do trabalhador ter seu ambiente de trabalho nestas condições. É neste ambiente que o trabalhador perpassa boa parte do seu dia, havendo a necessidade de se ter uma qualidade de vida considerável.

Após a criação da CLT, ocorreram duas modificações no título II capítulo V que trata da segurança e medicina do Trabalho.

Uma pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 e a atual Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que traz como mudança significativa a alteração do capítulo V de “segurança e higiene do trabalho” para “segurança e medicina do trabalho”.

A alteração do termo higiene dá-se pela tendência em focar apenas às técnicas de preservação da saúde, como limpeza, desinfecção e conservação de ambientes, enquanto o termo medicina engloba não apenas estes aspectos, mas direciona para as doenças e suas origens, recuperação e medidas de prevenção (MARTINS, 2010).

No Brasil, o primeiro interesse sobre a medicina do trabalho foi quando alguns movimentos do século XIX começaram a associar doença e saúde como causas de interesse

público e social. Assim como na Europa, o nascimento da medicina social no Brasil ganhou força com a preocupação sanitária, pois era necessário um ambiente salubre para se viver, e o meio encontrado para melhorar a qualidade de vida foi através do planejamento urbano (MENDES, 1995, p. 9).

No período do início do século XX, a industrialização brasileira intensifica a ideia de higiene e práticas sanitárias através dos movimentos sociais que trabalham em prol das melhorias nas condições de trabalho e, conseqüentemente, atenção maior para a saúde do trabalhador.

Entre tantas lutas e acontecimentos, um em especial para a medicina do trabalho foi a publicação da obra “Tratado sobre acidentes de trabalho” por importantes médicos legistas e sanitaristas daquela época. Neste período, a medicina do trabalho se expandiu consideravelmente desde estudos sobre a saúde do trabalhador, como o ensino na forma de disciplina nas faculdades de Medicina.

As doenças começam a ser melhor estudadas e identificadas com o intuito de trazer para o trabalhador o “gosto”, o “prazer”, de trabalhar sem ter o medo de simplesmente adoecer e morrer em decorrência do seu trabalho Mendes (1995, p. 25). Para chegar de fato à saúde do trabalhador, o autor identifica duas fases: a primeira, quando a importância era direcionada as doenças profissionais ou doenças relacionadas ao trabalho, e a segunda fase, que passou de doenças relacionadas ao trabalho para o que hoje conhecemos por saúde do trabalhador.

Mendes identifica algumas características básicas da saúde do trabalhador como:

- 1) a busca pela compreensão das relações (do nexos) entre o trabalho e a saúde-doença dos trabalhadores que se refletem sobre a atenção a saúde prestada. 2) a participação dos trabalhadores, enquanto sujeitos de sua vida e sua saúde, capazes de contribuir com seu conhecimento para o avanço da compreensão do impacto do trabalho sobre o processo saúde-doença.

Portanto, a saúde do trabalhador é o resultado das diversas lutas, das pessoas que morreram em seus locais de trabalho e do sofrimento que perdurou durante anos sobre os ambientes de trabalho insalubre.

3.2 A insalubridade no ambiente de trabalho: graus de insalubridade e limites aceitáveis

O ambiente de trabalho de qualquer profissional precisa ser equilibrado, limpo, organizado e saudável, isto significa um ambiente salubre. Considerar um ambiente insalubre é ter um ambiente que não tenha as mínimas condições para que o trabalhador exerça suas atividades.

A insalubridade surge a partir do momento em que o trabalhador desenvolve suas atividades em locais com possíveis agentes nocivos à saúde. Segundo Corrêa e Saliba (2009), “a palavra insalubre vem do latim que significa tudo aquilo que origina doença; insalubridade, por sua vez, é a qualidade de insalubre”.

Segundo a CLT, a insalubridade esta conceituada no art.189, nos seguintes termos:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

A insalubridade é facilmente confundida com a periculosidade - muitos indivíduos consideram que se trata do mesmo propósito -sendo necessário que haja uma clareza de significados dos dois termos, pois um difere muito do outro. A insalubridade se refere aos agentes naturais ou não que oferecem riscos para a saúde do trabalhador, de imediato ou não, enquanto a periculosidade trata de condições onde há o risco eminente de morte ao trabalhador como, por exemplo, o trabalhador que esteja manuseando explosivos, líquidos inflamáveis, ou esteja em exposição de risco com a energia elétrica.

A insalubridade está associada as atividades e ao ambiente de trabalho, este ambiente, necessariamente, precisa estar em condições insalubres para caracterizar a insalubridade, significa que os agentes nocivos à saúde do trabalhador estejam acima do permitido na legislação de acordo com as definições estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A própria CLT especifica no art. 190, a função desempenhada pelo MTE:

O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

O MTE regulamentou todo o conteúdo de segurança e medicina do trabalho através da Portaria n. 3.214/78 onde estão disponíveis 32 NRs, mas para tratar das atividades insalubres é necessário adentrar na norma regulamentadora NR 15 e seus 14 anexos, para então iniciar o processo de identificação das atividades insalubres.

Em princípio, para comprovar a presença de insalubridade e, conseqüentemente, o recebimento de um possível adicional, as análises devem ser feitas seguindo rigorosamente o texto da norma e seus anexos.

Para a constatação de insalubridade, o processo de avaliação passa por diferentes etapas: a caracterização da insalubridade que deve ser feita sob as formas qualitativa e quantitativa,

pelos limites de tolerância e pelos graus de insalubridade que o trabalhador ficará exposto (CAMISASSA, 2014, p. 442).

- A avaliação qualitativa

Prevê a caracterização de insalubridade quando ocorre exposição direta do trabalhador com os agentes ou condições mencionadas nos: (anexo 6), condições hiperbáricas; (anexo 13), agentes químicos e (anexo 14), agentes biológicos, neste último caso, especificamente nas condições descritas no anexo são situações que não possuem limites de tolerância devido o contato com as condições, e determinados agentes serem mais perigosos, já se enquadrando como insalubre, independente do laudo (CAMISASSA, 2015, p. 376).

Quadro 1 – Exemplos de atividades avaliadas pela forma qualitativa, sem laudo pericial.

ANEXO	AGENTE OU CONDIÇÃO EXPOSTA AO TRABALHADOR
Condições hiperbáricas, anexo 6	Trabalhos sob ar comprimido; trabalhos submersos.
Agentes biológicos, anexo 13	Pacientes em isolamentos por doenças infectocontagiosas; esgotos, etc.
Agentes químicos, anexo 14	Arsênio, carvão, chumbo, silicatos, etc.

Fonte: elaborado pela autora, (2017)

A avaliação qualitativa também ocorre para o (anexo 7), radiações não ionizantes; (anexo 8), vibrações; (anexo 9), frio, e (anexo 10), umidade, em que os riscos à saúde do trabalhador deveriam ser identificados com base em um laudo pericial.

Quadro 2 – Exemplos de atividades avaliadas pela forma qualitativa, com laudo pericial.

ANEXO	AGENTE OU CONDIÇÃO EXPOSTA AO TRABALHADOR
Radiações não ionizantes, anexo 7	Micro-ondas, ultravioleta, laser
Vibrações, anexo 8	Vibrações de mãos e braços e vibrações de corpo inteiro
Frio, anexo 9	Câmaras frigoríficas e ambientes similares
Umidade, anexo 10	Locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva

Fonte: elaborado pela autora, (2017)

- Avaliação quantitativa

Para determinar a presença de insalubridade, é necessário identificar a intensidade dos agentes físicos e biológicos, e a concentração para agentes químicos, seguindo os limites de tolerância estabelecido pela norma. Os anexos avaliados quantitativamente são o (anexo 1), limite de tolerância para ruído contínuo; (anexo 2), limite de tolerância para ruídos de impacto; (anexo 3), limite de tolerância para exposição ao calor; (anexo 5), radiações ionizantes; (anexo 11), agentes químicos, cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção do

local; e (anexo 12), limite de tolerância para poeiras minerais. E, necessariamente, a constatação da insalubridade se dá através de laudos periciais (CAMISASSA, 2015, p. 440).

Sobre os agentes biológicos citado anteriormente, foi visto que a forma de avaliação é qualitativa, mas no anexo 2 da NR 17 (ergonomia) ocorre uma exceção, especificamente, para casos de Síndrome do Edifício Doente (SED), conforme o texto a seguir:

Para a prevenção da chamada “síndrome do edifício doente”, devem ser atendidos:

- a) o Regulamento Técnico do Ministério da Saúde sobre “Qualidade do Ar de Interiores em Ambientes Climatizados”, com redação da Portaria MS nº 3.523, de 28 de agosto de 1998 ou outra que a venha substituir;
- b) os Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, com redação dada pela Resolução RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou outra que a venha substituir, à exceção dos parâmetros físicos de temperatura e umidade definidos no item 4.2 deste Anexo.

Mais a diante, iremos adentrar na SED, mas a princípio pode-se dizer que, para casos como estes, os agentes poluidores podem ser químicos ou biológicos, especificamente por fungos, e através do laudo verificar se há ou não presença de insalubridade, sendo que, para que isso ocorra, é necessário identificar os limites de tolerância.

- Limites de tolerância

Esses níveis de tolerância são estabelecidos pelo MTE, indicando a intensidade e concentração máxima e mínima, sendo necessário delimitar os agentes e o tempo de exposição que, em níveis além do permitido, serão nocivos à saúde do trabalhador.

Depois de feitas as avaliações quantitativas, o que resultará deverá ser comparado com os valores de referências aceitos e estabelecidos pelo MTE. Caso o resultado esteja acima do limite permitido, logo se caracterizará a insalubridade, neste caso, o empregador deve adotar medidas de eliminação ou neutralização da insalubridade, e caso não surta efeito positivo, dá-se continuidade a caracterização da insalubridade para recebimento do adicional de insalubridade (CAMISASSA, 2015, p. 378).

Tais níveis são estabelecidos para cada anexo da NR 15, entretanto aqui será citado apenas os que são de interesse do tema deste estudo que possuem como foco identificar se todos os ambientes bibliotecários são insalubres.

Há grandes possibilidades de um ambiente bibliotecário possuir focos de insalubridade a partir de agentes biológicos, (anexo 14), e químicos, (anexo 11), como será abordado mais à frente. Entretanto, não se descarta a possibilidade de insalubridade por outros agentes, por isso, para as atividades e para os locais de trabalho bibliotecário, também podem ser considerados os níveis de tolerância para calor (anexo 3) e para umidade (anexo10).

Com a constatação da insalubridade e acima do limite permitido, a NR 15 estabelece que ocorra a eliminação ou neutralização através de medidas e utilização de Equipamentos de Proteção individual (EPI).

A súmula nº. 80 do Tribunal Superior do Trabalho diz que “a eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo”.

Mesmo que a utilização do EPI não aconteça a eliminação ou neutralização, o empregador deverá pagar o adicional, e para este pagamento, é necessário estabelecer o grau de insalubridade para então definir a porcentagem do pagamento.

Para concluir o processo de caracterização da insalubridade, a próxima etapa será identificar os níveis de exposição do trabalhador aos agentes e condições, denominado graus de insalubridade.

- Graus de insalubridade

Identificado o resultado de exposição ao agente através do limite de tolerância, inicia-se outra etapa para comprovar a existência de insalubridade das atividades e/ou local de trabalho. Trata-se dos graus de insalubridade, em que este determina se o grau de exposição do trabalhador ao agente será em nível mínimo, médio ou máximo. Esse grau é decisivo para caracterização de insalubridade e definição da percentagem para o pagamento do adicional de insalubridade (CAMISASSA, 2015, p. 379).

Para o pagamento do adicional, deve-se considerar grau mínimo 10%, grau médio 20% e grau máximo 40% em relação ao salário do trabalhador.

A CLT também aborda sobre os percentuais do adicional de insalubridade, no art. 192 com o seguinte texto.

O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Quadro 3 – Grau de insalubridade para possíveis agentes no ambiente bibliotecário.

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO AGENTE/CONDIÇÃO	ATIVIDADES	GRAU EM PORCENTAGEM
Anexo 3 Calor	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2	20%
Anexo 10 Umidade	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho	20%
Anexo 11 Químicos	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1 da NR 15	10%, 20% e 40%

Anexo 14 Biológicos	Agentes biológicos: fungos, bactérias, vírus etc.	20% e 40%
---------------------	---------------------------------------------------	-----------

Fonte: adaptado Norma Regulamentadora 15, (2017).

Por fim, realizadas todas as etapas no processo de caracterização da insalubridade, e utilização de medidas preventivas e de neutralização, e mesmo assim o resultado seja negativo, o trabalhador terá direito ao pagamento no adicional de insalubridade. Apesar do respaldo ao trabalhador em relação a insalubridade através da legislação, é necessário que haja mais cuidados com saúde de ocupacional, com o ambiente laboral, e estes estejam em condições adequadas para que o trabalhador possa usufruir de uma qualidade de vida em seu ambiente de trabalho.

3.3 O direito ao adicional de insalubridade

O adicional de insalubridade é um direito assistido ao trabalhador nos casos que hajam a comprovação de que as atividades desenvolvidas e o ambiente de trabalho estejam em condições inadequadas por diversos fatores, estes são especificados na NR 15.

A criação da CLT foi um marco para as relações trabalhistas, mas no início das preocupações com o trabalhador a legislação referente ao trabalho eram avulsas, com isso alguns direitos já existiam, como o direito ao adicional de insalubridade (DARONCHO, 2011, p. 25).

A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, prevê o que hoje chamamos de adicional de insalubridade, que institui a criação de comissões de salários que dava ao trabalhador o direito de receber um salário pelo serviço prestado (BRASIL, 1936).

Esta mesma lei determina ao trabalhador receber a mais, até a metade de um salário, se o trabalhador desenvolver suas atividades em locais insalubres, de acordo com o trecho:

Art. 2º Salário mínimo é a remuneração mínima devida ao trabalhador adulto por dia normal de serviço. Para os menores aprendizes ou que desempenhem serviços especializados é permitido reduzir até de metade o salário mínimo e para os trabalhadores ocupados em serviços insalubres é permitido argumenta-lo na mesma proporção (BRASIL, 1936).

A regulamentação desta lei ocorreu através do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, e deu-se início a outras providências, como definir que no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio será criado a relação das industriais insalubres Brasil, (1938), e, posteriormente, torna-se as atividades e operações insalubres.

Com a criação da CLT, a reunião da legislação trabalhista ficou menos dispersa e mais organizada. Dividida por capítulos, seções etc., ela dispõe de um capítulo que aborda, entre outras questões, a insalubridade, sendo que este sofreu duas alterações ao longo do tempo, como já abordado anteriormente.

Pela lei atual, para obter o direito ao adicional, é necessário que a atividade que o empregado exerça esteja dentro das normas do MTE e seja constatada o grau de insalubridade através de laudos periciais (BRASIL, 1977).

A partir do que foi explanado anteriormente sobre a eliminação ou neutralização, é importante esclarecer que, independente da presença ou não da insalubridade, o EPI deve ser obrigação do empregador, e caso o trabalhador ainda esteja sob riscos, mesmo com a utilização do EPI, o empregador não poderá deixar de pagar o adicional. Lembrando que o EPI é utilizado, em último caso, quando todas as medidas coletivas já tenham sido feitas.

Tal afirmação tem como base a Súmula nº. 289 do Tribunal Superior do Trabalho que:

O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

As questões em torno do adicional são bastantes diversas e complexas devido à dificuldade de o trabalhador comprovar que exerceu atividade insalubre. Uma das causas é, justamente, na legislação, por exemplo, na própria CLT o texto diz que para ter o direito ao adicional não basta o laudo pericial, sendo necessário que a atividade esteja dentro da norma elaborada pelo MTE. E na maioria dos casos, o trabalhador precisa buscar judicialmente o direito ao adicional por causa dessas complexidades.

4 AMBIENTE DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO

Neste capítulo, ressaltaremos pontos importantes sobre o ambiente de trabalho tradicional associado aos agentes nocivos à saúde do bibliotecário.

Segundo Silva (1995, p. 5), ambiente de trabalho é “o local em que se desenrola boa parte da vida do trabalhador, cuja qualidade de vida está, por isso, em íntima dependência da qualidade daquele ambiente”. Caso as condições no ambiente em que o bibliotecário estará exposto não sejam adequadas, a consequência, de fato, será a ausência da qualidade de vida.

Ainda sobre ambiente de trabalho, temos a seguinte definição

O meio ambiente do trabalho é, exatamente, o complexo máquina-trabalho: as edificações do estabelecimento, equipamentos de proteção individual, iluminação, conforto térmico, instalações elétricas, condições de salubridade ou insalubridade, de periculosidade ou não, meios de prevenção à fadiga, outras medidas de proteção ao trabalhador, jornadas de trabalho e horas extras, intervalos, descansos, férias, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais que formam o conjunto de condições de trabalho, etc. (NASCIMENTO, 2010, p. 835 apud AGNEIS, 2013, p.73).

O ambiente de trabalho do bibliotecário é tradicionalmente conhecido como bibliotecas tradicionais, convencionais ou físicas que por longos anos foi o cenário de trabalho do bibliotecário. Sabe-se pela história que em diferentes períodos as bibliotecas eram pertencentes aos reis, aos mosteiros, as igrejas, e as grandes universidades².

O propósito da biblioteca tradicional desde a sua existência era apenas a conservação e o armazenamento de conhecimento, este, por sua vez, era através de livros, manuscritos, pergaminhos, escrituras sagradas etc. No período medieval, as bibliotecas eram “(...) igualmente mantidas por monges, mas nas quais, segundo parecer, a contaminação profana era muito maior e mais fácil” (MARTINS, 2001, p. 86).

Para esse ambiente, as atividades eram voltadas para o livro, sendo este seu objeto de estudo e o acervo era o centro dos procedimentos e técnicas.

É importante esclarecer que neste capítulo será explorado o ambiente bibliotecário, a biblioteca tradicional, e se discutirá acerca sobre quais maneiras tal ambiente poderá ser caracterizado como insalubre.

Nos tópicos a seguir, serão abordadas as condições de um ambiente tradicional, para encontrar argumentos não apenas para questões jurídicas, como o adicional, mas contribuir para a importância na saúde e bem-estar do bibliotecário. Nos capítulos mais à frente, será abordada a evolução desses ambientes laborais e se ele poderá ser considerado ambiente insalubre.

² Martins aborda o histórico das bibliotecas no livro *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*.

4.1 Condições e agentes vetores de insalubridade

As atividades do profissional bibliotecário exigem uma série de cuidados, desde o seu instrumento de trabalho até o ambiente que este profissional se encontra, sendo que a exposição do bibliotecário com o ambiente insalubre traz consequências, como doenças de pele, doenças respiratórias e doenças ocasionadas por intoxicação excessiva de produtos químicos, além de outros fatores.

Para considerar a atividade de determinado profissional insalubre, é necessário fazer uma série de análises, como o local, condições e o tempo de exposição que devem ser feitas de acordo com a legislação vigente do MTE. Existe um conjunto de NR's que visam estabelecer esses critérios.

Para este estudo, algumas normas serão utilizadas, e inicialmente será apresentado a NR 9, que dispõem de definições dos agentes nocivos, sendo considerados possíveis riscos existentes no ambiente de trabalho, que englobam os agentes físicos, químicos e biológicos.

Quadro 4 – Definições de acordo com a NR 15, sobre os agentes.

Agentes físicos	Ruído, calor, radiações, frio, vibrações.
Agentes químicos	Poeira, gases ou vapores, névoas e fumos.
Agentes biológicos	Bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus entre outros.

Fonte: Norma Regulamentadora 15, (2017).

Os ambientes apenas serão considerados insalubres nos casos “que em função da sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, sejam capazes de causar danos à saúde do trabalhador” (CAMISASSA, 2015, p. 196).

O texto da NR 15, a norma que caracteriza as atividades e operações insalubres, não determina que as atividades do profissional bibliotecário sejam insalubres, ou seja, um profissional provavelmente não encontrará fundamentação na referida norma em casos sobre insalubridade no seu ambiente de trabalho.

Para o bibliotecário, considerando o perfil profissional, a atividade e o local, todos os agentes mencionados acima poderão causar danos à saúde deste profissional. É necessário analisar a situação na qual este se encontra.

No ambiente tradicional, itens como a estrutura física, o mobiliário e o acervo (livros, periódicos, obras raras) etc., correm riscos potenciais para a proliferação de vetores causadores de problemas para a saúde do bibliotecário. Por isso, será explanado alguns problemas que poderão ocorrer neste ambiente.

- Síndrome do Edifício Doente (SED)

Um problema que pode ocorrer em estruturas físicas como edifícios, casas, salas, escritórios, escolas, bibliotecas entre outras, é conhecido por Síndrome do Edifício Doente (SED). Trata-se de um problema decorrente das condições inadequadas e “situações nas quais os ocupantes de um determinado edifício experimentam efeitos adversos à saúde e ao conforto”. (ROCHA 1998 apud STRAUSZ, 2001, p. 11).

Destaca-se que tal problema pode ocorrer em bibliotecas, como o caso ocorrido na biblioteca de Manguinhos, no “ano novo de 1996/7, a Biblioteca Central de Manguinhos foi alvo de intensa proliferação de fungos (...)” (STRAUSZ, 2001, p. 11).

É necessário salientar que para caracterizar o surgimento da SED, deve-se considerar um percentual de 20% das pessoas do qual se encontrem nesse ambiente, apresentando sintomas específicos, como problemas de saúde para o indivíduo, dos quais destacam-se:

Alergias respiratórias com irritação e obstrução nasal, irritação e secura na garganta, cefaléia, irritação e sensação de secura ocular, manifestações dermatológicas como desidratação e irritação da pele, ocasionalmente associado com rachadura na superfície da pele exposta ao ambiente, dores articulares, letargia, fadiga, sonolência, dificuldade de concentração ou sensibilidade a odores (STRAUSZ, 2001, p. 26).

Quando ocorre a SED, a causa dos problemas de saúde é associada aos poluentes no ar interno, e o surgimento dos efeitos nocivos podem ser imediatos ou a longo prazo. As incidências sobre os prédios doentes começaram a surgir a partir de vários fatores, entre eles as mudanças arquitetônicas no ambiente interno.

Dentro das mudanças no ambiente interno, uma se destaca no processo de existência da SED: a circulação mecânica do ar, que por sua vez tornou-se um potencial meio de propagação de poluentes, mas ressalta-se que essa propagação também pode ocorrer em meio a ventilação natural dos ambientes.

Segundo Rocha, 1998 apud Strausz, (2001, p. 27) os poluentes do ar podem ser compostos químicos, orgânicos ou inorgânicos e biológicos.

A introdução de novos produtos e materiais na composição de materiais de construção, mobiliário e limpeza é responsável pela emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COV) responsáveis em grande parte pela deterioração da qualidade do ar de interiores (...)

Ainda sobre os poluentes, os autores afirmam que existem outros fatores importantes, como os processos de combustão e emissões metabólicas de microrganismos que influenciam na contaminação, e como meio de transporte desses compostos poderão ser os umidificadores e o uso de produtos à base de aerossol.

Vale ressaltar que os umidificadores e condicionadores de ar são extremamente importantes na conservação do acervo, devendo passar por manutenções periódicas para assim evitar possíveis contribuições na contaminação.

Essas condições são altamente propícias ao surgimento da SED para uma biblioteca, uma vez que na biblioteca a presença de agentes biológicos, por exemplo, é mais frequente, sendo o acervo um dos principais meios de proliferação de fungos, caso não ocorra a conservação adequada deste.

Tradicionalmente, as coleções de uma biblioteca são quase sempre compostas de materiais informacionais que em sua composição possuem diferentes tipos de matéria prima, como madeira, couro, pergaminho, papel etc. Estes fragmentos são constituídos de matéria orgânica e possuem grandes chances de deterioração por agentes biológicos, caso não seja feita de maneira correta o acondicionamento, a limpeza e a conservação.

Vale destacar que nas bibliotecas tradicionais existem livros antigos e algumas bibliotecas possuem obras raras em seu acervo, sendo a partir dessa constatação que a presente pesquisa busca compreender se todos os ambientes de trabalho do bibliotecário são insalubres.

Portanto, partindo das informações citadas acima, o processo de surgimento da SED tem relação direta com ambiente de biblioteca, caso este não mantenha condições adequadas.

Os agentes biológicos estão entre um dos causadores da SED e de outros problemas que podem caracterizar insalubridade. Por isso, no anexo 14 da NR 15, então descritos os fungos, que se destacam no ambiente de uma biblioteca por ser um dos causadores da deterioração dos acervos, e os humanos tendo contato frequente com o acervo nestas circunstâncias acabam por adquirir doenças ocupacionais.

- Agentes biológicos

Os fungos são um dos agentes biológicos mais presentes em um ambiente bibliotecário. É através deles que ocorrem uma das formas mais agressivas na deterioração de uma biblioteca e a causa de doenças ocupacionais.

Os fungos fazem parte do reino Fungi, podem ser encontrados no solo, na água, nos vegetais e no homem. Na visão de especialistas, os “fungos são comumente chamados de mofo e bolor, é descrito como uma fina camada esbranquiçada, formada por fungos de várias espécies e necessitam de matéria orgânica para nutrirem-se” (GUARNIERI, 1980, p. 11).

Os fungos agem de diferentes formas no ambiente, em funções, como decompositores no processo de enriquecimento do solo, como alimentos, na biotecnologia e até na medicina Ribeiro (2011, p. 32). Mas os fungos não trazem somente benefícios, eles também apresentam características negativas, provocadores de uma série de problemas à saúde humana.

Existem estudos que identificaram os tipos de fungos encontrados em bibliotecas, que por sua vez provocam prejuízos, tanto para a saúde do homem como para a estrutura da biblioteca. Dentro das classificações, e por diversas pesquisas de identificação dos fungos, os que mais foram encontrados no ambiente do bibliotecário são: *Chaetonium globosum*, *Mucor*, além dos seguintes gêneros de fungos anemófilos: *Cladosporium*, *Fusarium*, *Aspergillus*, *Rhodotorula*, *Epicoccum*, *Aureobasidium*, *Neurospora*, *Trichoderma*, *Rhizopus*, *Phoma*, *Monascus*, *Curvularia*, *Alternaria*, *Penicillium*, *Geotrichum*, *Acremonium* e outros não-esporulados (*Mycelia sterilia*), estes últimos identificados por Gambale et al (1993) em sua pesquisa, como os que possuem maior propagação pelo ar.

Ainda sobre a identificação dos tipos de fungos encontrados em bibliotecas:

A partir da análise dos dados obtidos no estudo realizado nas bibliotecas da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, localizada no município de Sorocaba, e da Biblioteca da Escola Estadual Júlio Bierrenbach Lima, na mesma cidade, ficou constatada a contaminação fúngica em todos os locais pesquisados, pela presença das colônias de tipo: *Aspergillus sp*, *Penicillium sp* e *Fusarium sp*. (RIBEIRO, 2014, p. 19 apud MOURA; PEÇANHA, 2012, p. 29).

Segundo Ribeiro, a partir de levantamento realizados para identificação de fungos nos ambientes bibliotecário, foram encontrados mais de 33 gêneros de fungos sendo que:

Leveduras do gênero *Rhodotorula* foram detectadas em duas publicações e *Candida* em uma. Quanto os fungos filamentosos, amostras de *Alternaria*, *Aspergillus*, *Cladosporium*, *Fusarium*, *Penicillium*, *Epicoccum* e *Trichoderma* foram às variedades de gêneros de mofos mais evidenciadas com a infestação do acervo bibliotecário (RIBEIRO, 2013, p. 19).

Os problemas de uma biblioteca se dá por diversos fatores, mas é necessário considerar a importância na preservação e conservação não apenas do acervo, mas também do mobiliário, dos equipamentos e da estrutura física, pois a combinação de ar condicionados, agentes biológicos, estruturas antigas ou má conservadas e com a falta de higiene no ambiente ocupacional poderá produzir malefícios para o bibliotecário. Os problemas de uma biblioteca em relação aos agentes biológicos não se restringem aos fungos, também podem ser ocasionados por outros micro-organismos.

Os insetos que também fazem parte desses agentes são de uma classe do reino animal e possuem uma variedade de espécies. Os que interessam para este estudo são os cupins, traças e baratas, pois no ambiente de biblioteca a presença desses insetos tem relação com as características e condições deste ambiente.

Pela classificação geral, estes insetos participam da seguinte hierarquia taxinômica: Reino Animal, Filo Arthropoda, classe Inseto. Estes insetos que frequentemente aparecem em

bibliotecas possuem afinidade, principalmente, com o acervo por diversos motivos, como a matéria prima de alguns livros.

- Ambiente externo

Dependendo das condições em que se encontre o ambiente externo, o aparecimento de pragas, como as mencionadas acima, pode ser mais frequente. As bibliotecas quase sempre fazem parte de uma instituição, logo a estrutura física pode ser de diversas maneiras, como dentro de um edifício ou um prédio em anexo, dentro de uma determinada área. Mas em ambos os casos se faz necessário atentar para fatores externos, como radiação solar e a temperatura.

A radiação solar tem uma parcela de contribuição no processo de crescimento de microrganismos, pois dependendo do tipo de organismo este pode sobreviver em determinadas condições, sendo que para locais que tenham livros, documentos e muitos papeis em geral a radiação solar pode não ser um aliado, causando a oxidação da celulose (SILVA FILHO, 1993 apud PEREIRA, 2012, p. 29).

A temperatura por sua vez atua em conjunto com a radiação solar, pois aumenta a temperatura do ambiente e causa danos os materiais informacionais sensíveis da biblioteca. As variações de temperaturas provocam sérios problemas tanto para o ambiente interno como para a estrutura física.

A temperatura é um dos agentes mais agressivos aos revestimentos de fachadas, provocando variações físicas e químicas dos materiais, gerando fissuras, deslocamentos e rupturas, principalmente nos revestimentos porosos, por absorverem água, umidade e radiação solar, gerando grandes tensões nas interfaces dos componentes. (CONSELI, 2006, p. 96).

A falta de limpeza, tanto no ambiente interno como externo, também contribui para a incidência de pragas. De maneira geral, existem princípios básicos de limpeza para se executar em qualquer ambiente, como o armazenamento do lixo de forma correta para evitar a presença de roedores (baratas e ratos), e fazer limpezas diárias para evitar a acumulação de qualquer material que possa se torna criadouro de insetos. Caso ocorra situações de infestações grave de pragas ou outros agentes nocivos, provavelmente será necessário algum tratamento químico para a eliminação dos mesmos.

- Agentes químicos

O bibliotecário não lida diretamente com produtos químicos, mas em alguns processos específicos, como desinfestação, desinfecção³ do acervo do mobiliário e da própria estrutura da biblioteca, o bibliotecário poderá estar passivo de contaminação.

³ O processo de desinfecção se refere à eliminação de agentes biológicos de determinado local ou objeto, enquanto a desinfestação trata da eliminação de pragas, como insetos e roedores.

Para processos mais complexos de limpeza na biblioteca, é necessário uma mão de obra especializada, principalmente se houver manuseio de produtos químicos. Ressalta-se que para chegar à conclusão de que um ambiente é insalubre, e de que possíveis causas de danos à saúde do bibliotecário sejam atribuídos pelo contato com produtos químicos, é imprescindível uma análise sobre vários aspectos, como por exemplo, se a utilização de produtos químicos acontece com frequência; se o manuseio dos produtos químicos são feitos por pessoas sem preparação; se há utilização de equipamentos de segurança adequados etc.

Os processos aqui apresentados têm como objetivo a eliminação de agentes causadores que na maioria das vezes são os agentes biológicos, mas nesse tópico a abordagem desses processos são sobre a utilização de produtos químicos.

O tratamento com produtos químicos no processo de limpeza é o último recurso dentro de uma biblioteca, pois quando chega nesse ponto é por que os agentes poluidores estão em um nível muito avançado, como afirma Ogden et al (2001, p. 14): “na ocorrência de infestações sérias de insetos, ou não sendo os problemas resolvidos com as técnicas preventivas, torna-se necessário o tratamento direto contra a praga detectada. A estratégia com tratamentos químicos só será usada como último recurso”.

Durante muitos anos, o problema relacionado com agentes biológicos em biblioteca tinham como solução a aplicação de pesticidas. Em 1965 Rubens Borba traz em seu livro o “Bibliófilo aprendiz” um capítulo sobre bichos e mofos, e que naquela época era comum o uso de pesticida, como afirma no seguinte trecho “ Hoje em dia, a melhor maneira de matar bicho de livros é usar Dicloro Difenil Tricloroetano” (DDT). Este pesticida, o chamariz, sílica em pó são exemplos de substâncias utilizadas em processos de limpeza em bibliotecas (OGDEN et al., 2001, p. 14).

A utilização de produtos químicos no processo de eliminação de agentes biológicos se dá através do processo de fumigação, que “foi usado comumente em bibliotecas e arquivos até os anos 1980” Ogden et al., (2001, p. 14). Este produto, possui elementos químicos mais tóxicos dentre os tratamentos químicos.

O fato de não ser mais utilizado como processo de limpeza, não se descarta a possibilidade de ambientes bibliotecários terem sofrido algum tipo de dano, uma vez que “em geral, os fumigantes e outros pesticidas podem provocar problemas de saúde a longo e a curto prazo” (OGDEN ET AL, 2001, p. 14).

Na fumigação, era utilizado um gás letal para pragas e nocivo ao ser humano, o Óxido de Etileno (OET). Para execução deste processo, era necessária uma câmara de OET, que

estivesse de acordo com regras de utilização vigentes, como a câmara ser completamente hermética, a temperatura em nível ideal para alcançar o resultado entre outros.

A preocupação com a utilização desse método era devido a permanência dos gases no ar e a facilidade de propagação rápida e em grandes áreas, além ser uma ameaça à saúde, tanto do bibliotecário quanto dos trabalhadores de uma biblioteca, e pelo fato do OET deixar “resíduos permanece no material tratado, e pouco se sabe sobre os riscos a longo prazo das toxinas dessas emanções para os acervos e o pessoal” (OGDEN et al. 2001, p. 14).

Uma biblioteca com estrutura física possui ambiente interno com mobiliário, equipamentos e acervos, são nesses pontos no local de trabalho que poderá estar presentes os agentes físicos. De acordo com a NR 15, os agentes físicos são: ruído, calor, radiações, frio e vibrações, mas para interesse deste estudo, aqui será abordado apenas o agente que poderá causar insalubridade para o ambiente bibliotecário.

- Agente físico

Para uma biblioteca, o calor será o agente físico que abrange as possibilidades de problemas de saúde, todas as informações ditas acima sobre fungos, insetos, produtos químicos podem ter seus processos acelerado na biblioteca caso ocorra exposição excessiva ao calor. Aumenta as reações químicas e na deterioração é acelerada a cada aumento de temperatura de 10 ° C (ODGEN et al. 2001, p. 7).

Um dos princípios básicos da conservação em bibliotecas é o “controle da temperatura e da umidade relativa do ar”, ou seja, neste ambiente é primordial ter um sistema de refrigeração, que varia de equipamentos simples a uma complexa estrutura, como um “simples ar condicionado de parede, o umidificador e/ou desumidificador, até os sistemas centrais de filtragem, resfriamento, calefação, umidificação e desumidificação do ar, que abrangem um prédio inteiro” (ODGEN et al., 2001, p. 7).

Essas informações são as consideradas ideais para uma biblioteca, mas não significa que todas as bibliotecas sigam esses procedimentos, por isso é importante frisar que a análise do local e as condições desses ambientes devem ser observadas para então discutir sobre um possível reconhecimento específico da insalubridade.

O anexo 3 na NR 15 estabelece todas as informações sobre exposição ao calor, definições, índices, cálculos, como avaliar o ambiente, os limites de horas que o trabalhador poderá estar exposto de forma. Para considerar insalubridade por exposição ao calor, é necessário uma série de etapas, mas o início é a partir do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo que, “considera a contribuição dos fatores ambientais à sobrecarga térmica” (CAMISASSA, 2015, p. 396).

Quadro 5 – tipos de termômetros utilizados nas medições para identificar as contribuições dos fatores ambientais à sobrecarga térmica.

TERMÔMETRO	PARÂMETRO DO AMBIENTE QUE AFETA SUA LEITURA
Bulbo Úmido Natural	Temperatura do ar - velocidade do ar – Umidade relativa do ar
Bulbo seco	Temperatura do ar
Globo	Calor radiante no ambiente – temperatura do ar – velocidade do ar

Fonte: FANTAZZINI, (2007).

Uma informação importante, dentro da análise de um ambiente de biblioteca, para questões insalubres é que o parâmetro do ambiente utilizado para a leitura dos termômetros poderão ser muito bem colocados como argumentação na discussão sobre insalubridade.

Vale ressaltar que todas as informações apresentadas ao longo desta pesquisa são possibilidades para um ambiente de trabalho do bibliotecário ser considerado insalubre, por isso é imprescindível a análise de cada local, de cada caso, de acordo com a legislação para então afirmar se há insalubridade.

A necessidade de ser identificado os agentes no ambiente bibliotecário é essencial para descobrir sua relação com as doenças ocupacionais, visto que a insalubridade é quando ocorre algum tipo de prejuízo a saúde do trabalhador.

4.2 A saúde do bibliotecário no ambiente ocupacional: riscos e doenças

A saúde ocupacional tem como característica relacionar os problemas de saúde com a higiene e o ambiente em que o trabalhador exercerá sua função (MENDES; DIAS, 1991). A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu como saúde ocupacional aquela que busca manter o bem-estar, físico, mental e social de todos os profissionais, prevenir a saúde do trabalhador de possíveis danos por diversos fatores, entre eles, as condições do ambiente.

Segundo a Lei n. 8.213/91, as doenças ocupacionais são doenças adquiridas através do exercício profissional ou de acordo com exposição as condições no ambiente de trabalho. A referida lei ainda apresenta a divisão das doenças ocupacionais de acordo com a relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. São as doenças profissionais⁴ e doenças do trabalho, sendo esta última a abordada nesta pesquisa. As doenças do trabalho são

⁴ Denominada de doença profissional pela Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, no artigo 20, que a descreve como “doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

aquelas adquiridas em “função de condições especiais” que as atividades serão realizadas no ambiente laboral (BRASIL, 1991).

As doenças ocupacionais para o profissional bibliotecário serão caracterizadas nesta pesquisa como de doenças do trabalho, devido a descrição das atividades do bibliotecário segundo a Classificação Brasileira de Ocupações que diz:

O profissional bibliotecário disponibiliza informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

A grande variedade de atividades desenvolvidas pelo bibliotecário deixa claro que este profissional desempenha diversas ações e em diferentes locais, portanto as doenças que poderão afeta-los serão as doenças em função das condições do ambiente que ele estará exposto.

As doenças que poderão acometer os bibliotecários são quase em sua maioria associada a agentes biológicos, especificamente fungos. As mais comuns são doenças respiratórias e de pele causadas pela “exposição a poeiras proveniente do bolor ou do pó dos livros, enzimas e ácaros” (SALIBA, 2002, p. 15).

Na literatura, encontra-se muita informação sobre as doenças nos profissionais bibliotecários associadas aos fungos, pois estes se proliferam rapidamente, “podendo causar infecções e desenvolver doenças em indivíduos e os sinais de doenças variam de acordo com os órgãos afetados” (SALIBA, 2002, p. 30).

O quadro abaixo expõe de acordo com as informações apresentadas acima os agentes causadores, neste caso os fungos, e a doenças ou manifestações clínicas proveniente do contato com o ser humano.

Quadro 6 - Relação de doenças associadas aos fungos encontrados com frequência em ambientes bibliotecários.

FUNGOS	
GÊNERO	DOENÇA OU MANIFESTAÇÃO CLÍNICA
<i>Cladosporium</i>	Micoses cutâneas, lesões da pele, queratite, sinusite e infecções pulmonares, cromomicose
<i>Fusarium</i>	Fusariose (várias partes do corpo), Eumicetoma,
<i>Aspergillus</i>	Aspergilose (pulmões)
<i>Rhodotorula</i>	Onicomomicose, Meningite e endocardite (mais raros)
<i>Epicoccum</i>	Alergias, agravamento no quadro de asma
<i>Aureobasidium</i>	Renite e asma
<i>Rhizopus</i>	Mucormicose (tumefacções debaixo da pele do pescoço ou do peito),

<i>Phoma</i>	Ceratites micóticas
<i>Curvularia</i>	Ceratites micóticas
<i>Alternaria</i>	Asma, pneumonia de hipersensibilidade,
<i>Penicillium</i>	Úlcera corneana icótica
<i>Acremonium</i>	Eumicetoma
<i>Mucor</i>	Mucormicose (tumefacções debaixo da pele do pescoço ou do peito)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Apesar da saúde do bibliotecário ser em sua maioria prejudicada por agentes biológicos, também podem ocorrer casos de problemas de saúde por agentes químicos, nesse aspecto são mais difíceis, mas não impossíveis. Os agentes químicos estão descritos nos anexos da NR 15, assim como os graus de exposição do trabalhador a cada elemento.

É menor a possibilidade de o bibliotecário adquirir uma doença por agentes químicos, mas não significa que caso ocorra situações de contaminação, os danos à saúde do bibliotecário sejam menores. Segundo Odgen et al. (2001, p. 14), os produtos químicos podem causar sintomas que vão desde “náuseas e dores de cabeça a problemas respiratórios e ao câncer. Muitos produtos químicos talvez não causem doença no momento da exposição, mas podem ser absorvidos pelo organismo e provocar problemas de saúde anos depois”.

O uso frequente de Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) em bibliotecas⁵ nos faz refletir sobre quais consequências ocorreram na saúde de diversos bibliotecários, pois a média de degradação do DDT é de 4 a 30 anos. Esse pesticida foi utilizado em grande escala por mais ou mais 25 a 30 anos a partir de sua produção em 1945 (D’AMATO et al., 2002, p. 1).

A contaminação pelo DDT pode ocorrer pela inalação ou por ingestão (alimentos contaminados), ocasionando alguns problemas de saúde para quem será exposto, afetando o “sistema nervoso central, resultando em alterações de comportamento, distúrbios sensoriais, do equilíbrio, da atividade da musculatura involuntária e depressão dos centros vitais, particularmente da respiração” (D’AMATO et al.; 2002, p. 2).

Ainda sobre os problemas de saúde ocasionados pela contaminação do DDT, devem ser enfatizados:

Os efeitos do DDT no organismo ocorrem depois de atuarem sobre o equilíbrio de sódio/potássio nas membranas dos axônios, provocando impulsos nervosos constantes, que levam à contração muscular, convulsões, paralisia e morte. A intoxicação aguda nos seres humanos caracteriza-se por cloracnes, na pele, e por sintomas inespecíficos, como dor de cabeça, tonturas, convulsões, insuficiência respiratória e até morte, dependendo da dose e do tempo de exposição. (D’AMATO et al., 2002, p. 2).

⁵ Rubens Borba afirma que era uma prática frequente o uso do pesticida.

As descobertas sobre os problemas provenientes do uso excessivo do DDT trouxeram uma série de questionamento em diversas nações. No Brasil, desde 1971 a fabricação e uso do DDT foram proibidos, mas fica a reflexão de quantos profissionais foram expostos ao pesticida e que consequências estes tiveram.

Outro componente químico que foi largamente utilizado em bibliotecas era o OET, esse gás altamente eficiente na eliminação de fungos, possui características tóxicas e prejuízos à saúde do bibliotecário, como aumento de risco de leucemia, de tumores no cérebro e de outros tipos de cânceres, além de ocasionar alterações nos cromossomos e afetar o sistema reprodutivo (HENGEMIHLE, 2008 apud ALMEIDA, 2009, p. 8).

Problemas de saúde podem ocorrer por diversos fatores, como pré-disposição, falta de cuidados e exposição a organismos nocivos ao ser humano, entre muitos outros. Problemas que ocorrem na saúde de um trabalhador também podem ocorrer por fatores diferentes que dependerá das atividades desenvolvidas, do ambiente, das exposições, de equipamentos, tanto para desenvolver as atividades, quanto para a segurança do trabalhador.

Na execução das atividades, as posições, os esforços, os equipamentos, além do mobiliário utilizado pelo profissional, podem contribuir no surgimento ou ampliação de um problema de saúde, como lesões, distúrbios, doenças musculares entre outras. Esses tipos de doenças ocupacionais, que acometem os trabalhadores, serão abordados mais detalhadamente no capítulo seguinte, mas é importante salientar a existência de prevenção com cuidados específicos para alguns tipos de doenças especificados na NR 17, por exemplo, ao se estabelecer maneiras de se desenvolver as atividades ergonomicamente no ambiente laboral.

4.3 Normas regulamentadoras: possibilidades de aplicação nas atividades do bibliotecário como medidas de prevenção, saúde e segurança

As NRs são um conjunto de requisitos relativos à saúde e segurança no trabalho, e deve ser obrigatória a utilização por empresas públicas e privadas, pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (CAMISASSA, 2015, p. 9).

No total, são 36 NRs que abordam desde a inspeção previa do ambiente de trabalho até as atividades que possuam chances de insalubridade. Entretanto, esse estudo tem como foco os ambientes insalubres do bibliotecário e assim como foram apresentadas informações sobre como esse ambiente pode ser insalubre, também será apresentado as normas que podem ser utilizadas tanto para melhorar as condições ambientais como para a saúde do bibliotecário.

A partir das informações levantadas, observou-se que as normas NR 6, equipamentos de proteção individual (EPI), e a NR 17 ergonomia, são as normas aplicáveis ao ambiente e ao profissional bibliotecário.

A NR 6 dispõe sobre as condições que caracterizam a obrigatoriedade do fornecimento do EPI pelo empregador, assim como a utilização e conservação obrigatória pelo empregado, além das informações acerca dos certificados de aprovação que todos os EPIs devem possuir (CAMISASSA, 2015, p. 123).

Segundo a NR 6, a definição de EPI diz: “considera - se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”.

A norma traz em anexo os EPIs de acordo com as partes do corpo a serem protegidas, sendo que para os bibliotecários podem ser usados proteção para os olhos, proteção para as mãos, proteção para o tronco, proteção respiratória.

Ergonomia é um conjunto regras utilizadas no ambiente de trabalho para melhorar a relação entre o homem e a máquina (FERREIRA, MACIEL, ET AL., 1994, p. 215).

Dentro do conjunto das NRs, a ergonomia está representada pela NR 17 que expõe os aspectos ergonômicos para as atividades e condições laborais, como levantamento de pesos, mobiliário, equipamentos de trabalho etc., para proporcionar ao trabalhador maior conforto, segurança e melhor desempenho nas atividades.

Todos os aspectos ergonômicos disponíveis na norma se adequam ao bibliotecário. Sobre o mobiliário, a norma faz uma série de especificações, como os assentos que devem ter altura ajustável, encosto adaptado ao corpo. Os equipamentos dos postos de trabalho também devem ser adaptados aos trabalhadores e de acordo com a atividade desenvolvida, nos casos de equipamentos para leitura e digitalização, é necessário ter boa postura para evitar a fadiga, e nos equipamentos eletrônicos, como teclados e tela, devem ter uma boa mobilidade (NORMA REGULAMENTADORA 17, 2017).

Nas condições ambientais de trabalho, a iluminação, os ruídos, a temperatura e a velocidade do ar devem estar adequadas ao ambiente e ao trabalhador, e na organização do trabalho devem ser levadas em consideração as normas de produção; o modo operatório; a exigência de tempo; a determinação do conteúdo de tempo; o ritmo de trabalho e o conteúdo das tarefas (NORMA REGULAMENTADORA 17, 2017).

O bibliotecário é um profissional dinâmico e atua em diferentes atividades, a ergonomia, portanto, é necessária no seu ambiente de trabalho, seja ele o tradicional ou o moderno, pois no ambiente bibliotecário é constante a presença de diferentes tipos de mobiliários. Vários

equipamentos como de digitalização, microfilmagem, computador e as condições do ambiente sempre irão variar, pois uns podem ser completamente livres de ruídos, sujeiras, umidade etc., outros não, podendo ser completamente ao contrário.

4.3.1 Decisões judiciais sobre adicional de insalubridade do bibliotecário

As poucas jurisprudências encontradas nas bases consultadas nos mostram duas realidades: uma causa ganha e outra não.

Na apelação nº. 0133089-53.2006.8.26.0053, o TJ/SP dispõe sobre os SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, Bibliotecários da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP. Pretensão ao restabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade. Não cabimento Laudo de insalubridade do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de insalubridade em oposição ao laudo proferido pelo perito judicial atestando insalubridade no grau mínimo, sem respaldo na NR-15. Decidiu:

Que ao estudar os autos e principalmente ao realizar a vistoria no local, podemos constatar o seguinte: - Que há no local de labor diversas sujidades nos volumes e prateleiras do acervo da biblioteca, vide fotos nº. 10, 11 e 12; - Percebemos também que os trabalhadores ficam expostos a poeira e ácaros no ambiente e que os mesmos não se utilizam de EPI's. 2. Sendo assim, apesar se não haver ainda o enquadramento de “Poeira e ácaros” na Portaria 3214/78 na sua NR 15.

No Agravo Regimental nº. 0120876-44.2008.8.26.0053, o TJ/SP dispõe sobre o Agravo de decisão monocrática do relator, negando seguimento a recurso, na forma do art. 557 “caput” do CPC “Servidoras de autarquia estadual Bibliotecárias”, “Adicional de insalubridade”, “Benefício que já foi percebido pelas autoras em graus variados”, “Cessaçã dos pagamentos”, “Ausência de características insalubres na atividade a justificarem a exclusão da benesse”, “Prova pericial nesse sentir”, “Improcedência mantida Subsistência do decidido Agravo desprovido”. Decidiu:

E, realmente, não se é de cogitar de insalubridade nas atividades das ora apelantes, hialina que é a prova pericial ao concluir que: 'Pelo resultado das avaliações, em que foram analisados os riscos potenciais à saúde, concluímos, sob o ponto de vistas de Higiene e Segurança do Trabalho, e com embasamento técnico legal, que não se caracteriza insalubridade nas atividades desenvolvidas pelas reclamantes. Considerando-se a função, local e condições de trabalho, as atividades desenvolvidas.

4.3.2 Projeto de Lei n. 2361/2011

O projeto de lei (PL) n. 2.361/2011, de autoria do deputado Carlos Jose De Almeida, traz como proposta a inclusão de um inciso no art. 200 da CLT, em que os profissionais que desempenham atividade em museus, bibliotecas e centros de informação e memória devem ter

proteção especial, o que ocasionaria a obrigatoriedade do pagamento do adicional de insalubridade.

O texto do art. 200 da CLT descreve algumas atividades consideradas de risco para o trabalhador. “Cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre” (CONSOLIDAÇÕES DAS LEIS TRABALHISTAS, 2017).

De acordo com o autor do PL, o texto do inciso seria da seguinte forma: “inciso IX – trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, exposto a agentes patogênicos”.

O autor do PL justifica a inclusão do inciso com a preocupação no desenvolvimento de doenças ocupacionais dos trabalhadores que entram em contato com os agentes nocivos. E pelas reivindicações por parte dos profissionais das áreas citadas cima, por não terem suas atividades contempladas pela NR15.

O autor argumenta sua justificativa com o artigo 7º da Constituição Federal pelo seguinte texto: “os trabalhadores rurais e urbanos têm assegurado o direito a remuneração adicional quando desenvolvidas atividades, penas, insalubres ou perigosas”.

Esse PL passou pela tramitação na Câmara dos Deputados e por várias comissões, como a Comissão de Seguridade Social e Família, do Trabalho, da Administração, do Serviço Público, da Constituição, da Justiça e de Cidadania.

Depois de tramitar pelas comissões durante quatro anos, a PL é rejeitada e, posteriormente, arquivada. Em resumo, a alegação para a rejeição parte do princípio que o art. 200 não especifica atividades e sim riscos pertinentes a determinadas atividades além de que tal alteração no artigo da CLT abriria precedentes para outras atividades também questionarem o risco de suas atividades.

Por fim, observou-se que a redação do projeto de lei prevê uma mudança “generalizada” na estrutura do art. 200 da CLT, o que ocasionaria discussões em grandes proporções. Mas a justificativa dada pelo autor do projeto é válida, uma vez que o bibliotecário (foco desta pesquisa) está sujeito a condições e agentes nocivos à saúde que podem ser a curto e a longo prazo, como será explorado mais à frente. Contudo, acredita-se que uma mudança no texto e argumentações mais convincentes, trabalhadas e detalhadas, poderiam ter levado o projeto à aprovação.

5 AS TRANSFORMAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Este capítulo apresenta um olhar sobre o ambiente de trabalho do bibliotecário frente as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, e analisar sobre outra ótica a insalubridade está ou não presente no ambiente de trabalho dos bibliotecários.

5.1 O ambiente de trabalho bibliotecário na pós-modernidade

O começo das mudanças sobre a concepção e função de biblioteca tiveram início no final da idade média com o aparecimento das bibliotecas universitárias, e estas tiveram fortes influências do renascimento, pois ocorreram modificações sociais e culturais nesse período. Como o desenvolvimento das ciências nas universidades, as bibliotecas aos poucos passam a se desvincular de imposições ligadas a igreja, sendo nesse momento que as bibliotecas universitárias iniciaram “o conceito atual de biblioteca como espaço de acesso e disseminação democrática de informação” (MORIGI; SOUTO, 2005, p. 2).

Para Valetim (1995, p. 4), a biblioteca já começava a pedir mudanças, os profissionais eram resistentes as transformações, entretanto a autora afirma que as bibliotecas do futuro seriam virtuais e de fato hoje é uma realidade. E não são as apenas bibliotecas o ambiente de trabalho do bibliotecário, este local de trabalho se expandiu e será aonde tiver informação, nos museus, centros culturais, escritórios, hospitais etc.

Assim como o bibliotecário necessita aceitar as mudanças em suas atividades, pois elas deixaram de ser estática e passaram a ser dinâmica, este também precisa aceitar que o seu ambiente de trabalho foi modificado.

5.1.1 Do tradicional ao contemporâneo: as mudanças no cotidiano bibliotecário

As evoluções tecnológicas, econômicas e sociais foram grandes incentivadoras das mudanças no perfil profissional, no ambiente e nas concepções funcionais de uma biblioteca, sobre tudo nas atividades desenvolvidas pelo bibliotecário.

Nos períodos que antecederam a modernidade, as evoluções ocorriam de maneira gradativa, os intervalos de tempo entre uma evolução e outra eram demasiadamente demorados. Por outro lado, o que podemos observar no mundo moderno é exatamente o contrário, o espaço de tempo está nitidamente mais rápido.

No ambiente tradicional, as funções da biblioteca e do bibliotecário eram restritas à conservação dos livros, o que tornava tanto o espaço do acervo e a atividade do bibliotecário

previsíveis. De acordo com Morigi (2005, p. 1), “os livros de difícil reprodução e mobilidade tornaram a biblioteca um templo e o bibliotecário seu guardião”. A inserção das tecnologias foi primordial no processo de transformação do ambiente, da função e da atividade que envolvem o bibliotecário.

Segundo Valentim (2000, p. 2), esse processo de transformação ocorre de maneira mais complexa para o bibliotecário, por dois fatores: a mudança nos tradicionais modelos de trabalho, e o principal, o objeto de trabalho que é a informação. E tornou-se o ponto de partida para as transformações na vida profissional. Com o avanço da disseminação e dispersão da informação, este profissional precisa estar capacitado para saber lidar com tal avanço.

O objeto de trabalho do bibliotecário é importante nesse processo. Por exemplo, Valentim (1995, p. 4) afirma que a principal modificação nesse aspecto se caracteriza pela transformação de “paradigma do acervo” para “paradigma da informação”, ou seja, a constante presença tecnológica no cotidiano bibliotecário modifica o suporte, o formato, o processamento, a disseminação e a mediação da informação dentro do ambiente bibliotecário.

Na sociedade capitalista, a cada dia a informação se torna um produto rentável, e, se sua produção ocorre em níveis elevados, o mercado informacional ganha. Ou seja: quanto mais a informação estiver disponível através de tecnologia, maior será seu valor (LE COADIC, 1996, P. 1).

A produção da informação vem ocorrendo de maneira acelerada, provocando uma necessidade de adaptação do bibliotecário. Para Le Coadic (2004, p. 107), dentro do ciclo informacional há uma constante ocorrência de revoluções científicas, entretanto, o autor destaca que para o bibliotecário três novos paradigmas científicos contribuem para essa transformação.

Primeiro, o paradigma do trabalho coletivo faz com que o bibliotecário saia do papel de conservador dos livros e das bibliotecas para interagir com o usuário e, conseqüentemente, com a sociedade. Sendo através da tecnologia que essa interação acaba por impor a mudanças do individual para o coletivo. “Atualmente a vida profissional caracteriza-se cada vez mais pela organização em rede de pessoas e computadores” (LE COADIC, 2004, p. 108).

A principal característica do paradigma de fluxo é diretamente proporcional a disseminação e disponibilização excessiva da informação. “A mudança de suporte fez multiplicar a armazenar informações quase ao infinito” (LE COADIC, 2004, p. 109), proporcionando ao bibliotecário utilizar suas técnicas e conhecimento para gerenciar e organizar a informação e obter uma disseminação mais eficiente.

O paradigma do uso faz referência a uma competência do bibliotecário, o de proporcionar através da mediação a interação da informação com o usuário. A mudança deste

paradigma ocorre da seguinte forma: o uso antes era para o bibliotecário, e hoje o uso é para o usuário. Antes, o centro das atividades de bibliotecários era de cunho mais tecnicista, como catalogar, classificação, conservar os acervos. Com a inserção da tecnologia, e estando esta mais presente em nossa sociedade, o centro das atividades tem como objetivo final o usuário (LE COADIC, 2004. P. 110).

Quadro 7 – Representação dos antigos e novos paradigmas

ANTIGO PARADIGMA	NOVO PARADIGMA
Trabalho individual	Trabalho coletivo
Acervo	Fluxo
Orientado para bibliotecário	Orientado para usuário

Fonte: Adaptado de LE COADIC, (2004).

Frente a esse processo, os bibliotecários devem possuir uma flexibilidade quanto as mudanças ocorridas e adaptarem-se às novas transformações do universo bibliotecário. “As operações e as atividades requerem dos profissionais da informação novas qualificações, dinâmicas e em constante evolução, impondo um novo conceito de trabalho” (TARAPANOFF, 1997, p. 22).

As adaptações presentes no cotidiano do bibliotecário, dentro da sociedade globalizada, influenciaram em modificações nos ambientes tradicionais, e também no perfil e nas atividades atribuídas ao bibliotecário. Uma característica dessas mudanças, quanto a atividade do bibliotecário, é sobre a saúde deste profissional, visto que essa também passa por transformações e/ou adaptações.

5.2 Os “novos” tipos de doenças ocupacionais que podem atingir o profissional bibliotecário

A sociedade passa por diferentes evoluções ao longo do tempo e devemos nos adaptar a essas rápidas mudanças proporcionadas pela globalização e automação. Conforme Guimaraes et al. (2004), esse pensamento voltado a saúde ocupacional demonstra que os problemas relacionados a saúde do trabalhador também apresentaram mudanças.

O meio de produção, o perfil, as atividades, o ambiente, tudo é passível de mudança. Os problemas de ontem podem evoluir ou desaparecer, assim como podem continuar e aparecer novos problemas. O mundo está mais acelerado, assim como o ritmo das pessoas, e isso influencia os “novos” problemas de saúde do trabalhador.

A saúde mental e o estresse ocupacional a cada dia estão sendo abordados na medicina do trabalho por diversos motivos, entre eles, para a atualização nos programas de atuação em

saúde ocupacional e pela conscientização de que o estresse causa muito mais prejuízos para o trabalhador e para a produção (GUIMARÃES; ET AL., 2004, p. 30).

Para compreender melhor como ocorreu essa preocupação com a saúde mental do trabalhador, é preciso fazer a relação com os acontecimentos- os principais foram ligados aos processos técnicos como automação, tecnologia da informação e a desmaterialização da produção (GUIMARÃES; ET AL., 2004, p. 31).

Assim como na insalubridade, para identificar os distúrbios psíquicos, é necessário analisar a situação do trabalhador. Segundo Mendes (1994, p. 290), as análises devem ser feitas levando em consideração as condições de trabalho e a organização do trabalho.

Muitas vezes, as agressões ao psíquico, atribuídas às condições do trabalho, ocorrem ao longo dos anos, com o desgaste mental, em que as manifestações clínicas mais comuns são as síndromes e depressões, das quais destacam-se, síndromes neuróticas, síndromes pós-traumáticas, síndromes depressivas e a síndrome do esgotamento profissional.

As lesões estão presentes no dia a dia do bibliotecário, isso ocorre pela diversidade de atividades desenvolvidas, logo estes são mais suscetíveis a lesões. Levando em consideração as mudanças no cotidiano desse profissional, como a inserção de novas tecnologias que resultou na automação de algumas atividades, os membros superiores como as mãos, ombros, braços estão propensas a realizar esforços mais repetitivos em atividades como digitação, guardar livros, carimbar, escrever entre outras.

Foram vários estudos realizados para compreender as causas, sintomas e nomenclaturas das Lesões. No Brasil, um estudo foi realizado por diversas instituições, como Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTO), Universidade de Campinas (Unicamp), que chegaram a uma terminologia de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) (TERSARIOLLI; ET AL. 2005, p. 59).

Existem várias manifestações clínicas ocasionadas por essas lesões, que vão desde doenças a inflamações.

Quadro 8 - Algumas das manifestações clínicas ocasionadas pelas lesões.

LER/DOR	
Bursite	Inflamação das bursas (pequenas bolsas de paredes finas em regiões de atrito entre os diversos tecidos do ombro), com manifestação de dor na realização de certos movimentos
Tenossinovite de De Quervain	É decorrente do espessamento do ligamento anular do carpo, na parte em que passam os tendões que flexionam e esticam o polegar. O processo inflamatório do local atinge os tecidos sinoviais e tecidos próprios dos tendões desde a base do osso rádio do antebraço até o polegar, podendo inativar tanto o seu funcionamento como o do punho.

Tenossinovite dos Extensores dos Dedos	É a inflamação aguda ou crônica dos tendões extensores dos dedos e das bainhas que os recobrem, ocasionando dor local
----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado, Oliveira (2001).

Quadro 9 – Lesões - Músculo – Esqueléticos e fatores ocupacionais.

LESÕES	FATORES OCUPACIONAIS
Tendinite	Força, repetição, postura inadequada, vibração, pausa insuficiente;
Epicondilite	Movimento forçado não habitual; repetição; pressão intensa;

Fonte: GERR; LETZ ET AL. (1991) apud MENDES, (1994).

A aplicação da ergonomia nos ambientes laborais são uma forma de diminuição das lesões, que, conforme Helal (1987) apud Mendes (1994), recomenda não utilizar os membros que possuem a lesão, usar o remédio adequado e o retorno deve ser gradativo para as atividades.

6 CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa, as reflexões foram direcionadas em buscar respostas aos objetivos e questões propostas. Percebeu-se que antes de qualquer decisão, deve ser feita uma análise sobre as questões de insalubridade.

O foco desse estudo foi para o ambiente de trabalho do profissional bibliotecário, chegando-se a seguinte observação: não serão todos os ambientes de trabalho insalubres e, conseqüentemente, não serão todos bibliotecários que poderão ter o direito ao adicional de insalubridade. Ficou claro que devem ser feitas análises em cada ambiente, baseando-se na legislação brasileira sobre insalubridade.

Com a evolução tecnológica e a globalização, o ambiente desse profissional passou por mudanças, e esse fato deve ser considerado no momento da análise. O bibliotecário do passado possui características diferentes do bibliotecário moderno, que influencia diretamente sobre um ambiente insalubre. A justificativa é porque, antigamente, o ambiente era algo mais físico e as atividades eram mais centradas. Também, o objeto de trabalho que era o acervo possui grandes possibilidades de focos de insalubridades.

Esse ambiente terá grandes chances de ser insalubre no total ou parcialmente, isso significa que os vários bibliotecários podem trabalhar no mesmo ambiente, mas desenvolver atividades diferentes, onde uma pode caracterizar a presença de insalubridade e a outra não, podendo apenas o laudo pericial atestar a presença ou não.

O perfil desse profissional, acompanhado de suas atividades, também passa por mudanças, pois a atividade do bibliotecário do passado era menos dinâmica, e poucos buscavam se aperfeiçoar na área. As suas atividades eram mais práticas, como catalogar, arrumar estantes, classificar, escrever (fichas manuais), e nessas atividades, os problemas relacionados à saúde do bibliotecário possuem maior chance de ser insalubre pela relação com os agentes biológicos.

Por outro lado, quando esse ambiente passou por transformações, as atividades e perfis também tiveram que se adaptar. O ambiente deixou de ser o único local de trabalho, dando espaço para novas possibilidades da atuação profissional, como em centros de informação, escritórios de advocacia, biblioteca virtuais, entre outros e, conseqüentemente, um novo olhar se tem sobre a insalubridade, decorrente das transformações ocorridas no ambiente e nas atividades do profissional bibliotecário.

As doenças ocupacionais que antes eram relacionadas aos agentes biológicos, em especial os fungos, hoje possuem na maioria das vezes problemas relacionados ao intelecto, à mente, aos esforços físicos e mentais. Contudo, não se pode afirmar que atualmente os

profissionais bibliotecários não poderão receber o adicional de insalubridade, porque esses problemas também podem afetar a saúde, ao ponto de ser tornar irreversível.

O entendimento maior obtido por esse estudo é que o bibliotecário precisa compreender até que ponto seu ambiente e suas atividades podem ser insalubres, e não ter o pensamento de que todos devam receber o adicional, sendo sempre necessárias análises do conjunto.

Vale refletir que antes de qualquer busca por “compensação” financeira pelo bibliotecário, que estarão expostos a nocividade em ambientes laborais, é importante buscar a melhoria na qualidade vida no trabalho. Esta traz benefícios não apenas para o trabalhador, mas também para a empresas e instituições, e de maneira geral, para a sociedade, pois os resultados obtidos, sejam bons ou ruins, refletiram para todos.

Outra reflexão é sobre possíveis atualizações da legislação, especialmente das normas regulamentadoras. Se vivemos em uma sociedade em constante evolução, seja no campo tecnológico, científico, educacional ou da saúde, por que não estudar as evoluções ocorridas nas profissões e nas atividades desempenhadas? Evitaria desgastes, principalmente financeiros e psicológicos, porque, independente da profissão, quando estes profissionais buscam pelo direito ao adicional, juridicamente não encontram amparo na lei, e a maioria das decisões por parte da justiça é de que tal atividade não está discriminada na norma regulamentadora.

Por fim, esta pesquisa não tem como finalidade afirmar que todos os ambientes e bibliotecários serão insalubres, mas sim de tentar argumentar que as questões sobre insalubridade que cercam dos bibliotecários sejam melhor analisadas.

REFERÊNCIAS

AGNEIS, Paulo Henrique Balbo. **Meio ambiente do Trabalho salubre**: um direito fundamental e constitucional. 2013. Dissertação, Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília, 2013.

ALMEIDA, Thais Helena de.; BOJANOSKI, Silvana. Tratamentos químicos aplicados à biodeterioração de acervos documentais na cidade do rio de janeiro. **Biblioteca Nacional**. [2009]. Disponível em:
<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/comunicacao/tratamentos-quimicosaplicadosbiodeterioracaoacervos/xiii_congresso_internacional_da_abracor_comunicacao_thais_silvana_2009_anais.pdf>

BAGANHA, Filomena. Novas bibliotecas, novos conceitos. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto. ISSN 1646-0502. 1 (2004) 93-97. Disponível em:
<<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/616>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei no. 229, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Planalto Central**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0229.htm >. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. **Planalto Central**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htmhtml>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. **Planalto Central**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm >. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Institui as comissões de salário mínimo. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-norma-pl.html>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Planalto Central**. Brasília, DF. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº. 289. O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado. **TST** Brasília, DF. Disponível em:
<http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-289>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº. 80. A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional. **TST** Brasília, DF. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-80>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. **Ministério do Trabalho**. Norma Regulamentadora 15. Brasília.1978.

BRASIL. **Ministério do Trabalho**. Norma Regulamentadora 06. Brasília, MTE:1978.

BRASIL. **Ministério do Trabalho**. Norma Regulamentadora 17. Brasília, MTE:1978.

BORBA, Rubens. **O bibliófilo aprendiz**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 1998.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho**: nrs 1 a 36 comentadas e descomplicadas. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Método, 2015.

CONSOLLI, O. J.; Análise da durabilidade dos componentes das fachadas de edifícios, sob a ótica do projeto arquitetônico. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

D'AMATO, C.; TORRES, J.P.M; MALM, O. DDT(Dicloro Difenil Tricloroetano): toxicidade e Contaminação Ambiental – Uma revisão. **Quim. Nova**, v.25, n. 6, p. 995-1002, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v25n6a/12776.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

DARONCHO, Leomar. **Adicional de insalubridade**: entre a Monetização da Saúde do Trabalhador e o Direito Fundamental ao Meio Ambiente de Trabalho Hígido. Monografia de Especialização, (Diretoria Regional de Brasília) – Oswaldo Cruz, 2012.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Elizabeth Costa; MENDES, René. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, p. 341-9, 1991.

ENGELS, Frederic. **A classe trabalhadora**. Porto: Afrontamento, 1975.

FERREIRA, A.B.de H. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GIARLETTI, Orlando Luiz Amado. **Estudo da atividade antifúngica de metabólitos produzidos pelo fungo *Epicoccum Nigrum* isolado de *Rizophora Mangle***. 2014. f. Dissertação (Mestrado em Ciências-Biotecnologia) – USP – Instituto Butantan, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Orientação Ana Olivia de Souza.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Flávia Sadenberg. Ceratites fúngicas.

GUARNIERI, Alice Camargo. **Notas sobre o mofo nos livros e papeis**. 2 ed. São Paulo: Museu da indústria, comércio e tecnologia, 1980.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; GRUBITS, Sonia. **Serie saúde mental e trabalho**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004. v. 2

HOBBSAWN, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

INFECÇÕES, manual MSD. Disponível em:

<<http://www.manuaismsd.pt/?id=214&cn=1822>> Acesso em: 25 fev. 2017.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

_____. **A ciência da informação**. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

LOSS, Sergio Henrique; et al. Meningite e endocardite infecciosa causada por *Rhodotorula mucilaginosa* em paciente imunocompetente. **Rev. bras. ter. intensiva** [online], v. 23, n.4, 2011, p.507-509. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2011000400017> Acesso em: 25 fev. 2017.

LUZ, Alex Faverezani da; SANTIN, Janaína Rigo. As Relações de Trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. **História (São Paulo)**, Franca, v. 29, n.2, Dec. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200015>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MENEZES, Adriana Araújo Reis. **Fungos em bibliotecas: frequência dos gêneros em livros e elaboração de testes para a avaliação da biorreceptividade em papeis**. 2009. Tese (Doutorado em Biomédicas – USP – Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientação Walderez Gambale.

MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Etheneu, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, July/Setp 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=en> Acesso em: 16 nov. 2016.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 189-206, jan. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432>>. Acesso em: 27 fev. 2017

OLBRICH, Sandra Regina Leite Rosa. **Estudo da prevalência de fungos em travesseiros de crianças com rinite e, ou, asma**. 2010. 91 f. Tese (Doutorado em Biologia geral) – UNESP - Instituto de Biociências, Universidade do Estado de São Paulo, Botucatu, SP, 2010.

Orientação Eduardo Bagagli

OGDEN, Sherelyn. (Ed.). A proteção de livros e papel contra o mofo. In: _____. **Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Armazenagem e manuseio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. Controle integrado de pragas. In: **Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Meio Ambiente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

OPERADORES booleanos. Universidade Nacional do México. Disponível em: <<http://dgb.unam.mx/index.php/estrategias-de-busqueda/operadores-booleanos>>. Acesso em 31 dez. 2016.

PINCELLI, Thaís Prota Hussein; et al. Fusariose em paciente imunocomprometido: sucesso terapêutico com voriconazol. **An. Bras. Dermatol.** v.83 n.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2008

PINHEIRO, L. V. R. P. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pt/cib/include/getdoc.php?id=76&article=251&mode=pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

PROCESSO de industrialização brasileira. Disponível em: <<http://www.tiberioge.com.br/texto/TextoUvaIndustriaBrasil.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROFISSIONAIS da informação. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em:

RIBEIRO, Evandro Leão. Fungos na biodeterioração de livros em ambientes bibliotecários nos últimos 35 anos (1977 – 2012). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.9, n.1, p. 17-27, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/208/248>. Acesso em 24

RIBEIRO, Maria Vidal. **A síndrome dos arquivos doentes: os riscos de contaminação por fungos no trabalho em arquivos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Estadual da Paraíba). João Pessoa: 2011

SALIBA, Tuffi Messias. **Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)**. São Paulo: LTr, 2002.

SANTOS, Jociene Xavier dos. **O profissional bibliotecário e os desafios de um ambiente insalubre**. Trabalho de Conclusão de curso (Instituto de Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA FILHO, José Tavares; Almeida, Marilene S. F. de; Gonçalves, Paulo Roberto. **Manual de conservação de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sistema de Bibliotecas e Informação-SiBI, 1994.

STRAUSZ, Maria Cristina. **Análise de um acidente fúngico na biblioteca central de Manguinhos**: um caso de síndrome do edifício doente. Dissertação (Escola Nacional de Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

TARAPANOFF, Kira. **Perfil do profissional da informação no Brasil**: diagnósticos de necessidade de treinamento e educação continuada. Brasília: IEL/DF, 1997.

VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. *Informação&Informação*, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, jul./dez. 1995. Disponível em: <

_____. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontro Biblio**, Florianópolis, n.9, p.16-28, 2000. Disponível em:

ANEXO A – Projeto de Lei n. 2.231/2011

PROJETO DE LEI N° , DE 2011

(Do Sr. Carlinhos Almeida)

Acrescenta o inciso IX ao art. 200 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de garantir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 200 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o seguinte inciso IX: “Art. 200..... IX – trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, exposto a agentes patogênicos”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto altera o artigo 200 da CLT para acrescentar entre as atividades ali relacionadas, que necessitam de medidas especiais de proteção, aquelas realizadas em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória.

A medida coaduna com a constante preocupação em prevenir e/ou atenuar o surgimento de doenças ocupacionais e visa à adoção de medidas de ordem geral que conservem aqueles ambientes de trabalho dentro de limites de tolerância pré-estabelecidos, e incentivem a utilização de equipamento de proteção individual, reduzindo agravos e, portanto, os custos do sistema de saúde pública.

Trata-se também de efetivar um direito social garantido pela Constituição Federal, expresso no artigo 7º, inciso XXIII, que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

A definição das atividades ou operações insalubres consta da CLT, que determina que assim são consideradas “aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.” (art. 189).

A atividade em condições insalubres proporciona ao trabalhador o adicional de insalubridade que incide sobre o seu salário base. Mas o reconhecimento desse direito não se dá com a simples constatação da insalubridade por meio de laudo pericial, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, segundo têm decidido os tribunais.

A Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, com alterações posteriores, expedida pelo Ministério do Trabalho, aprovou a Norma Regulamentar 15 – NR 15, que regula as atividades e operações insalubres, estabelece limites de tolerância relativos à concentração ou intensidade máxima ou mínima de certos agentes ou condições, atinente à natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.

Deste modo, o presente projeto intenta atender à antiga e justa reivindicação dos profissionais das áreas de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória não contemplados pela NR 15, e, portanto, sem direito ao percebimento de adicional de insalubridade, apesar de constantemente expostos a agentes biológicos e/ou químicos, todos agentes causadores de graves doenças, principalmente respiratórias.

Como exemplo, destacamos os agentes biológicos Eumycetes ssp, Chaetonium Globosum, Cladosporium SP, piptocaphalis, Ascomy Cetes, Gymnoaceas, Ascomycetes, Aspergillus Niger, Aspergillus- Flavus- Orizas, Aspergillus fumigatus Penicillium Digitatus, Penicilium Purpurogenum, Cladosporium, Rhodotorula, Actynomyces, Torula, Rhizopus, Hemíspora, Fusarium, levedura do gênero Cândida, Cephasloporium, Stemphylium, Cephalosporium, Triohotecium, Legionella spp, entre outros; e a agentes químicos, tais como inseticidas e pesticidas, entre eles o BHC, difundido no início do século XX e ainda presente em antigos documentos públicos.

Pelo significado de que se reveste o presente projeto de lei, conto com o apoio dos eminentes Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em ... de ... de 2011.

Carlinhos Almeida Deputado Federal (PT-SP)

ANEXO B – Modelo de laudo pericial

PORTARIA N. 3.311, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1989

Ministério do Trabalho Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho Delegacia Regional do Trabalho Divisão/Seção de Segurança e Medicina do Trabalho			
(Formulário 8)			
Laudo pericial de	Insalubridade		
	Periculosidade	N. _____/_____	
Data e hora da perícia	__/__/__	_____h	
1 —	Identificação		
2 —	Identificação do Local periciado		
3 —	Descrição do Ambiente de Trabalho		
4 —	Análise Qualitativa		
4.1 —	da função do trabalhador		
4.2 —	das etapas do processo operacional		
4.3 —	dos possíveis riscos ocupacionais		
4.4 —	do tempo de exposição ao risco		
5 —	Análise Quantitativa		
5.1 —	Análise quantitativa da insalubridade		
5.1.1 —	descrição da aparelhagem, da técnica empregada e do método de avaliação		
5.1.2 —	resultados obtidos		
5.1.3 —	interpretação e análise dos resultados		
5.2 —	Análise quantitativa da periculosidade		
5.2.1 —	discriminação da área		
5.2.2 —	delimitação da área de risco		
5.2.3 —	interpretação e análise dos resultados		
6 —	Conclusão		
6.1 —	fundamento científico		
6.2 —	fundamento legal		
7 —	Proposta Técnica para Correção		
7.1 —	imediatas		
7.2 —	mediatas		
8 —	Medida Adotada pelo Órgão Regional		
_____	_____	____/____/____	_____
Cidade	UF	Data	Assinatura